

2023

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO PIAUÍ



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento

Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEEE)

Diarlisson Lucas da Silva Costa

Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)

Liége de Souza Moura

Diretoria de Planejamento Estratégico e Participativo (DPEP)

Débora Virgínia Ferraz de Oliveira

Gerência de Estudos Sociais (GES)

Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

Coordenação da Síntese de Indicadores Sociais do Piauí

Liége de Souza Moura

Equipe Técnica

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho

Emily Silva de Freitas Dutra (estagiária)

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva

Geysivan Campos Sampaio

João Carlos do Santos Cardoso (estagiário)

Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

Lucas Silva Brandão

Marcos Antônio Pinheiro Marques

Marcos da Silva Pereira

Maria do Socorro Nascimento

Sofia Martins de Carvalho Lopes

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Diagramação

Nilmar Pinheiro da Silva Moraes

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí [recurso eletrônico] / Superintendência
CEPRO/SEPLAN – Teresina : CEPRO/SEPLAN, 2024.
84 p. : il. Color. : v.1, n. 1.

1. Estatística 2. Indicadores sociais 3. Piauí I. Título

CDU 311.141:308(812.2)

Contato

assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Radar dos Indicadores do Piauí

Gráfico 2 - Série histórica da população residente do Estado do Piauí

Gráfico 3 - Série histórica da densidade demográfica do Estado do Piauí

Gráfico 4 - Número de domicílios (1991-2022)

Gráfico 5 - Número médio de moradores (1991-2022)

Gráfico 6 - Piauí: percentual da população com atendimento de água

Gráfico 7 - Percentual da população atendida com
esgotamento sanitário

Gráfico 8 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou
mais de idade

Gráfico 9 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos
ou mais de idade

Gráfico 10 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de
idade (%)

Gráfico 11 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de
idade (%)

Gráfico 12 - Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%)

Gráfico 13 - Taxa de promoção do Ensino Médio

Gráfico 14 - Taxa de repetência do Ensino Fundamental

Gráfico 15 - Taxa de repetência do Ensino Médio

Gráfico 16 - Taxa de evasão do Ensino Fundamental

Gráfico 17 - Taxa de evasão do Ensino Médio

Gráfico 18 - Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental

Gráfico 19 - Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%)

Gráfico 20 - Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos
o Ensino Fundamental Completo (%)

Gráfico 21 - Mortalidade na infância (%) – 2010 a 2022

Gráfico 22 - Taxa de Mortalidade Neonatal (%) – 2010 a 2022

Gráfico 23 - Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil

Gráfico 24 - Taxa de Formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, região Nordeste e Brasil

Gráfico 25 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal no Piauí, Nordeste e Brasil (2022)

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Piauí: Macrorregiões

Mapa 2 - Piauí: Distribuição Espacial dos Territórios de Desenvolvimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores

Quadro 2 - Resumo comparativo dos Indicadores Sociais

Quadro 3 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais
de idade, ocupadas na semana de referência, por
grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área do Estado do Piauí

Tabela 2 - Composição da população do Piauí, de acordo com o sexo (2022)

Tabela 3 - Composição da população do Piauí, de acordo com a raça (2022)

Tabela 4 - Composição da população do Piauí, de acordo com a idade (2022) (%)

Tabela 5 - Número de domicílios: distribuição por tipo de domicílio (2016-2022)

Tabela 6 - Distribuição percentual por condição de ocupação do domicílio (2016 a 2022)

Tabela 7- Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material – telhado (2016-2022)

Tabela 8- Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material- parede (2016-2022)

Tabela 9 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material – piso (2016-2022)

Tabela 10 - Municípios sem abastecimento de água

Tabela 11 - Municípios sem rede de tratamento de esgoto

Tabela 12 - Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%)

Tabela 13 - Piauí: Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%)

Tabela 14 - Distribuição do número de matrículas segundo a rede de ensino

Tabela 15 - Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Piauí – 2012 a 2023

Tabela 16 - Taxa de mortalidade materna global, Piauí, Nordeste e Brasil
(%) - 2010 a 2022

Tabela 17 - Proporção de leitos de internação por 10.000 mil
habitantes - 2010 a 2021

Tabela 18 - Número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes,
no Piauí, Nordeste e Brasil - 2010 a 2021

Tabela 19 - Números absolutos de estabelecimentos de saúde,
Piauí, Nordeste e Brasil

Tabela 20 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana
de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil

Tabela 21- Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, ocupadas na
semana de referência, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e
Brasil - 2016 a 2022

Tabela 22- Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, desocupação
na semana de referência no Piauí, Nordeste e Brasil (%) -
2016 a 2022

Tabela 23 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais
de idade, por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil

Tabela 24 - Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$), a
preços médios do ano, por classes simples de percentual das
pessoas (2012-2022)

Tabela 25 - Índice de Gini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
RESUMO DOS INDICADORES	13
INTRODUÇÃO	18
1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	
PIAUIENSE	21
1.1 Área territorial	21
1.2 Divisão política e regional	22
1.3 População residente	25
1.4 Distribuição por sexo e por cor e raça	27
1.5 Distribuição populacional por grupos de idade	28
2 CONDIÇÕES DE VIDA	29
2.1 Domicílios	31
2.1.1 Número de domicílios e número médio de moradores	31
2.1.2 Domicílios por tipo de ocupação	33
2.1.3 Domicílios por condição de ocupação	35
2.1.4 Distribuição dos domicílios por tipo de material	37
2.2 Saneamento básico	43
2.2.1 Abastecimento de água	43
2.2.2 Serviço de esgotamento sanitário	45
2.3 Educação	46
2.3.1 Escolaridade média	47
2.3.2 Taxa de analfabetismo	48
2.3.3 Taxa de promoção do Ensino Fundamental e Médio	50
2.3.4 Taxa de repetência de Ensino Fundamental e Médio	51
2.3.5 Taxa de evasão do Ensino Fundamental e Médio	52
2.3.6 Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental e Médio	53
2.3.7 Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	55
2.3.8 Distorção idade-série	56
2.3.9 Número de matrículas	57
2.4 Saúde	58
2.4.1 Expectativa de vida ao nascer	59
2.4.2 Mortalidade na infância	60

2.4.3	Mortalidade neonatal	61
2.4.4	Mortalidade materna	63
2.4.5	Proporção de médicos por 10.000 habitantes	64
2.4.6	Número mensal médio de médicos por 10.000 habitantes	65
2.4.7	Estabelecimentos de saúde	66
3	TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PIAUÍ	67
3.1	Ocupação e desocupação	68
3.2	Formalidade e informalidade	72
3.3	Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal	74
3.4	Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza)	77

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO) apresenta a Síntese dos Indicadores Sociais do Estado do Piauí.

Os indicadores evidenciados nesta publicação apresentam um conjunto de informações sobre a realidade social do Piauí, a partir de temas estruturais relevantes para a elaboração de um quadro sobre as condições de vida da população. O propósito é contribuir para a compreensão e o acompanhamento da evolução dos indicadores sociais observados, bem como possibilitar o estudo sistemático das informações sociais necessárias ao planejamento público, servindo como base para outros estudos e/ou análises específicas.

Os temas e seus subtemas foram selecionados levando em consideração os indicadores que repercutem diretamente na efetividade das políticas públicas, buscando acompanhar as mudanças ocorridas. A partir dos dados analisados, o comportamento dos indicadores possibilita analisar a realidade piauiense, observando o desempenho do Estado e fazendo um comparativo com o Brasil e a Região Nordeste.

Vale ressaltar que as bases de dados utilizadas são públicas. Dentre elas, podem ser citadas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação.

A síntese dos indicadores sociais é uma ferramenta importante para embasar políticas públicas e tomadas de decisão, pois fornece informações atualizadas e confiáveis sobre a situação social do Piauí. Portanto, este documento é de extrema relevância para gestores públicos, pesquisadores, acadêmicos e demais interessados em compreender e promover o desenvolvimento social do Estado. A partir da análise dos indicadores

sociais apresentados neste estudo, é possível traçar estratégias e ações que visem melhorar as condições de vida da população, reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento justo e sustentável para o Estado.

Cíntia Bartz Machado
Superintendente de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento
Participativo (CEPRO)

RESUMO DOS INDICADORES

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores (continua)

Indicadores	Valores		
	PI	NE	BR
Saneamento Básico			
Nº de municípios sem abastecimento de água (2021)	28	129	279
Municípios sem rede de tratamento de esgoto (2021)	195	1165	2793
Educação			
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade(2022)	8,6	8,9	10,1
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade(2022)	8,1	8,6	9,9
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2022)	14,8	11,7	5,6
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%) (2022)	18,3	14,4	6,8
Taxa de Promoção do Ensino Fundamental (%) (2019/2020)	87,9	87,3	90,4
Taxa de Promoção do Ensino Médio(2019/2020)	81,2	82,4	82,7
Taxa de Repetência do Ensino Fundamental(2019/2020)	7,6	8,1	6,4
Taxa de Repetência do Ensino Médio(2019/2020)	8,6	8,1	8,3
Taxa de Evasão do Ensino Fundamental(2019/2020)	2,9	3	2,2
Taxa de Evasão do Ensino Médio(2019/2020)	7,3	7	6,9
Taxa de Migração para o EJA do Ensino Fundamental(2019/2020)	1,6	1,6	1
Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%) (2019/2020)	2,9	2,5	2,1
Percentual da População (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo(%) (2022)	7,6	8,0	8,7
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Fundamental II) - Rede Pública Estadual(%) (2022)	26,6	29,0	14,2
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Médio) - Rede Pública Estadual (%) (2022)	30,5	34,0	24,4

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores (conclusão)

Saúde			
Esperança de vida ao nascer(2022)	72,27	74,82	77,4
Mortalidade na infância (%)(2022)	18,60	16,69	15,05
Mortalidade neonatal(2022)	9,86	9,86	8,48
Taxa de mortalidade materna global(2022)	58,88	58,88	50,66
Proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes(2022)	24,50	21,20	21,00
Número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes(2022)	3.733	70.476	367.305
Números absolutos de estabelecimentos de saúde(2022)	4.162	76.309	388.398
Trabalho, emprego e renda no Piauí			
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí(2022)	54,80	52,20	39,50
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais(2022)	38,60	43,10	59,10
Índice de Gini(2022)	0,518	0,517	0,518

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: CEPRO/SEPLAN-PI. Nota: Azul indica que o Piauí é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Piauí é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Piauí é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Piauí está pior que o Nordeste e o Brasil.

Quadro 2- Resumo comparativo dos Indicadores Sociais (continua)

Indicadores	Anterior	Atual
	2020	2021
Saneamento Básico		
Número de municípios sem abastecimento de água	34	28
Municípios sem rede de tratamento de esgoto	191	195
Educação	2019	2022
Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	8,3	8,6
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	7,7	8,1
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	15	14,8
Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)	18,7	18,3
	2018/2019	2019/2020

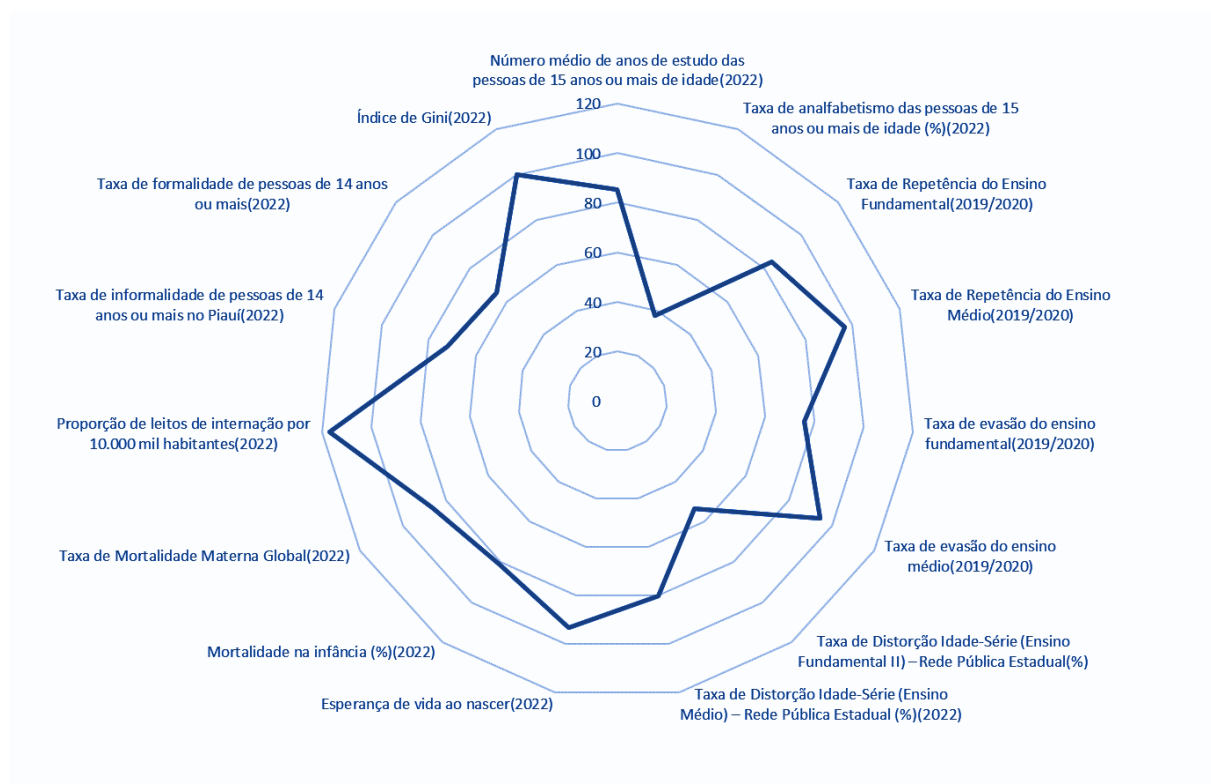
Taxa de Promoção do Ensino Fundamental (%)	84,7	87,9
Taxa de Promoção do Ensino Médio	78,3	81,2
Taxa de Repetência do Ensino Fundamental	10,3	7,6

Quadro 2- Resumo comparativo dos Indicadores Sociais (conclusão)

Taxa de Repetência do Ensino Médio	8,8	8,6
Taxa de Evasão do Ensino Fundamental	2,9	2,9
Taxa de Evasão do Ensino Médio	9	7,3
Taxa de Migração para o EJA do Ensino Fundamental	2,1	1,6
Taxa de Migração para o EJA do Ensino Médio (%)	3,9	2,9
	2019	2022
Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%).	8,3	7,6
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual(%).	30,3	26,6
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%) (2022)	37,3	30,5
Saúde	2021	2022
Esperança de vida ao nascer(2023)	72,1	72,27
Mortalidade na infância (%) (2022)	15,63	18,6
Mortalidade neonatal(2022)	9,41	9,86
Taxa de Mortalidade Materna Global(2022)	122,78	58,88
Proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes(2022)	24	24,5
Número médio mensal de médicos por 10.000 mil habitantes(2022)	3542	3.733
Números absolutos de estabelecimentos de saúde(2022)	3.929	4.162
Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí(2022)	57,4	54
Taxa de formalidade de pessoas de 14 anos ou mais(2022)	34,1	37,46
Índice de Gini(2021)	0,474	0,516

Fonte: IBGE. PNADC. Elaboração: CEPRO/SEPLAN-PI.

Gráfico 1 - Radar dos Indicadores do Piauí



Fonte: IBGE. PNAD. (2022); INEP (2022). Elaboração: CEPRO/SEPLAN (2023).

Na presente publicação, Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí, o Gráfico 1, no formato Radar, foi desenvolvido com o propósito de analisar e comparar indicadores relacionados à Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Desigualdade. Os valores presentes no gráfico representam a proporção percentual dos indicadores do estado do Piauí em relação aos indicadores do cenário nacional. A finalidade desse gráfico é demonstrar o grau de proximidade entre os indicadores do Piauí e os indicadores do Brasil.

No Gráfico 1, quando os valores dos indicadores piauienses estão abaixo de 100%, demonstram valores inferiores ao nacional, ou seja, o Estado apresenta um desempenho inferior ao do Brasil. Por outro lado, quando os valores são iguais a 100%, significa que os indicadores do Piauí

estão em consonância com a média nacional, refletindo um alinhamento em termos de desempenho. Já quando os valores estão acima de 100%, isso indica que os indicadores piauienses estão superiores aos brasileiros, sugerindo um desempenho melhor.

Em 2022, ao analisar os 15 indicadores relatados no Gráfico 1, o Piauí alcançou uma média de 80,3% em comparação aos mesmos indicadores nacionais. Isso significa que o Estado se aproxima em 80,85% da média nacional em indicadores relacionados à Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Desigualdade.

Em termos específicos, a educação no Piauí corresponde a 76,55% dos indicadores nacionais, enquanto a saúde alcança 94,24% dos indicadores nacionais. No mercado de trabalho, o Piauí representa 79,13% em relação ao cenário nacional.

Este é o resumo dos indicadores contidos no documento intitulado Síntese dos Indicadores Sociais do Piauí referente ao ano de 2022. Neste relatório, são apresentados diversos indicadores sociais que permitem uma análise abrangente da situação do estado do Piauí. Esses indicadores abrangem diversas áreas, tais como saúde, educação, renda, trabalho, habitação, entre outras. Por meio desses dados, é possível analisar e compreender melhor a realidade social da população piauiense, identificando desafios e oportunidades para o desenvolvimento do Estado.

INTRODUÇÃO

Síntese de Indicadores Sociais do Piauí é uma publicação da Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (SEPLAN). A CEPRO desempenha um papel fundamental na pesquisa, elaboração e disseminação de estudos e análises que retratam a realidade do Piauí. Essas pesquisas podem servir de base para a formulação de políticas públicas no Estado e orientar as tomadas de decisão na gestão pública.

Os estudos analíticos sobre a realidade social, objeto deste documento, requerem a utilização de indicadores que forneçam informações sobre o cenário piauiense. Os indicadores operacionalizam-se como “[...] um recurso metodológico, empiricamente referido, que informam algo sobre um aspecto da realidade social ou de mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2009, p. 15). Em outras palavras, os indicadores podem subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos das diversas esferas governamentais e tornar público os dados para os diversos segmentos da sociedade.

Com um caráter quantitativo e descritivo, o objetivo desta síntese é apresentar uma análise dos indicadores sociais que refletem as condições de vida dos piauienses. E, este documento não busca dar conta da realidade total, mas concentra-se num conjunto de indicadores que agrupados convertem-se em três temas, quais sejam: a) aspectos demográficos; b) condições de vida; e c) trabalho, emprego e renda. Tais temas são desagregados, em alguns casos, por grupos populacionais específicos, assim como são comparados com outros níveis geográficos como a Região Nordeste e a Nacional.

Esta síntese é composta por esta introdução e três capítulos. No capítulo 1 são descritos aspectos demográficos do estado do Piauí, visando situar a área territorial, tanto total quanto territorialmente, e descrever a

composição da população a partir das desagregações por raça ou cor, sexo e grupos de idade.

O capítulo 2 trata das Condições de Vida, representadas por quatro aspectos: a) domicílios; b) saneamento básico; c) educação; e d) saúde. No que concerne ao Domicílio, verifica-se quantos são e o número médio de moradores, o tipo de material utilizado para a sua construção, e se contam ou não com o abastecimento de água adequado.

Sobre o Saneamento Básico, dois indicadores são evidenciados: a) abastecimento de água, e; b) cobertura de esgotamento sanitário. Os dados são do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS) e estão disponíveis até o ano de 2021.

No que se refere à Educação, analisa-se a escolaridade média, a taxa de analfabetismo, de promoção, de repetência, de evasão dos ensinos Fundamental e Médio, a de migração para EJA do Ensino Fundamental e Médio, o percentual da população com pelo menos o Ensino Fundamental completo, distorção idade-série e o número de matrículas. Em relação à Saúde, analisou-se a expectativa de vida ao nascer, a taxa de mortalidade neonatal e materna global, a proporção de médicos e de leitos por 100 mil habitantes e a quantidade de estabelecimentos de saúde.

O capítulo 3 aborda o tema Trabalho, Emprego e Renda no Piauí, em que foram analisadas a ocupação e a desocupação, a formalidade e a informalidade, pessoas ocupadas por grupamento de trabalho principal e os rendimentos (valor médio e coeficiente de Gini).

É importante sublinhar que as pesquisas e estudos realizados pelo IBGE foram importantes para a elaboração dos capítulos, em particular, os dados do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e os dados sistematizados na Síntese dos Indicadores Sociais. Além do IBGE, os dados gerados pelo Ministério da Saúde, consultados por meio do DATASUS, os dados do Ministério da Educação, sistematizados pelo INEP e Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS) serviram de base para as análises aqui realizadas.

Os dados contidos nesta publicação são referentes ao ano de 2022, sendo consolidados a partir de pesquisas que mensuram os indicadores no Brasil, como a PNAD. Esta pesquisa amostral realizada pelo IBGE, desempenha um papel fundamental ao fornecer dados estatísticos atualizados e confiáveis sobre diversos aspectos da sociedade brasileira, abrangendo diferentes níveis geográficos, desde o nacional até os municípios relevantes. Essa abrangência territorial permite uma análise mais detalhada das características socioeconômicas em diferentes localidades do país.

Além disso, a Síntese de Indicadores Sociais do Piauí tem dupla função. Por um lado, ela subsidia o planejamento governamental e a formulação de políticas públicas, fornecendo informações precisas para embasar decisões estratégicas. Por outro lado, o estudo também serve como um instrumento de *accountability*, permitindo que a sociedade piauiense acompanhe os efeitos das políticas públicas implementadas em sua realidade. Dessa forma, a transparência e a prestação de contas são promovidas, fortalecendo a participação cidadã e a responsabilidade dos governantes.

1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO PIAUIENSE

O estudo do território e da população do Piauí vai além de simplesmente quantificar a população e a extensão territorial. Ele permite, dentre outras verificações, a identificação de fatores essenciais, como a densidade populacional e a distribuição demográfica em termos de idade, cor e sexo. Esses dados constituem ferramentas fundamentais para a concepção, administração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

A dimensão de uma área geográfica transcende suas medidas físicas. O planejamento é uma ferramenta intrinsecamente vinculada ao espaço. Nesse contexto, o território desempenha um papel crítico na distribuição de recursos e serviços públicos, além de orientar a formulação de decisões políticas em variados níveis governamentais.

As informações sobre o total da população e da área territorial foram coletadas nos resultados do Censo Demográfico de 2022. Os dados sobre a divisão da população por sexo e idade são oriundos do Censo Demográfico de 2022, enquanto a cor ou raça da população foi consultada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada trimestralmente.

Sobre o território piauiense, em particular a sua divisão política, a Superintendência CEPRO foi utilizada como referência, assim como os dados publicados pelo IBGE.

1.1 Área territorial

A área total do Piauí, segundo os estudos realizados, em 2022, pela Coordenação de Cartografia do IBGE, é equivalente a 25.175.548,5 hectares, onde 6.732,0 hectares são de faixas litorâneas (Tabela 1).

Tabela 1 - Área do Estado do Piauí

Discriminação	Área/Extensão (Km²)	Área/Extensão (Hectares)
Área Total	251.755,49	25.175.548,50
Faixa Litorânea	67,32	6.732,00

Fonte: IBGE (2022). **Elaboração:** Superintendência CEPRO (2023).

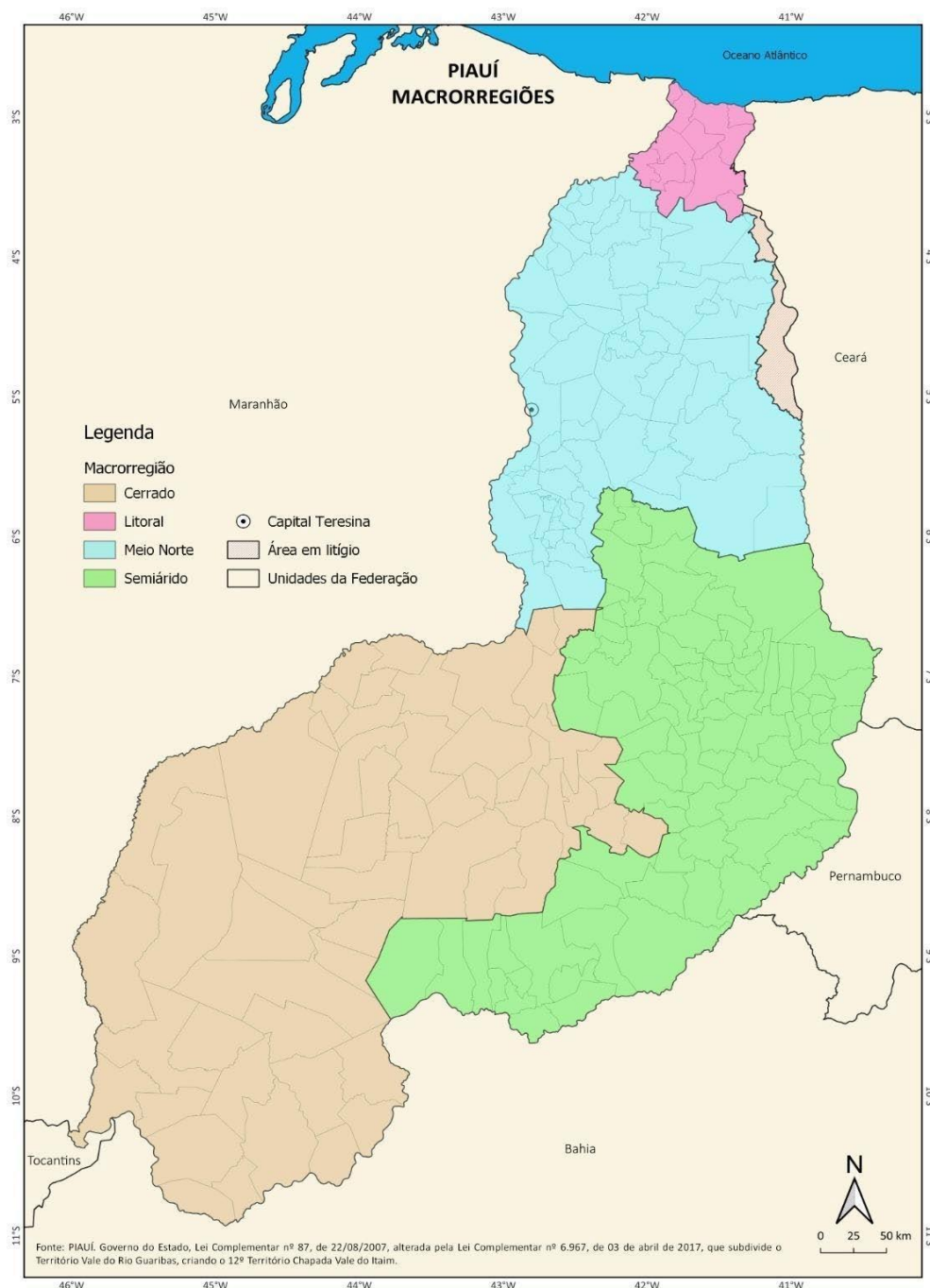
1.2 Divisão Política e Regional

O estado do Piauí é dividido em quatro macrorregiões: Cerrado, Litoral, Meio-Norte e Semiárido. Cada uma dessas macrorregiões possui características próprias e estão divididas de acordo com o Mapa 1. A divisão em macrorregiões é uma forma de organizar e compreender as diferentes características geográficas, socioeconômicas e culturais de uma determinada região. Essa divisão permite uma análise mais detalhada das particularidades de cada área, bem como a identificação de desigualdades e potencialidades regionais.

O estado do Piauí, para fins de planejamento da ação governamental estadual, é organizado em 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs), sendo essa configuração compreendida como uma Política de Estado e não apenas uma política de governo, uma vez que foram instituídos pela Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que “estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí”, cujo objetivo dessa política pública está assim definido, segundo o Art.1º, § 2º, da Lei Complementar nº 87, de agosto de 2007, a seguir transcrito:

Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense.

Mapa 1 - Piauí: Macrorregiões



A Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017, altera a referida Lei Complementar de 22 de agosto de 2007, que aumenta de 11 para 12 Territórios e estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do estado do Piauí. No Mapa 2, está presente a distribuição dos territórios de desenvolvimento com suas respectivas áreas.

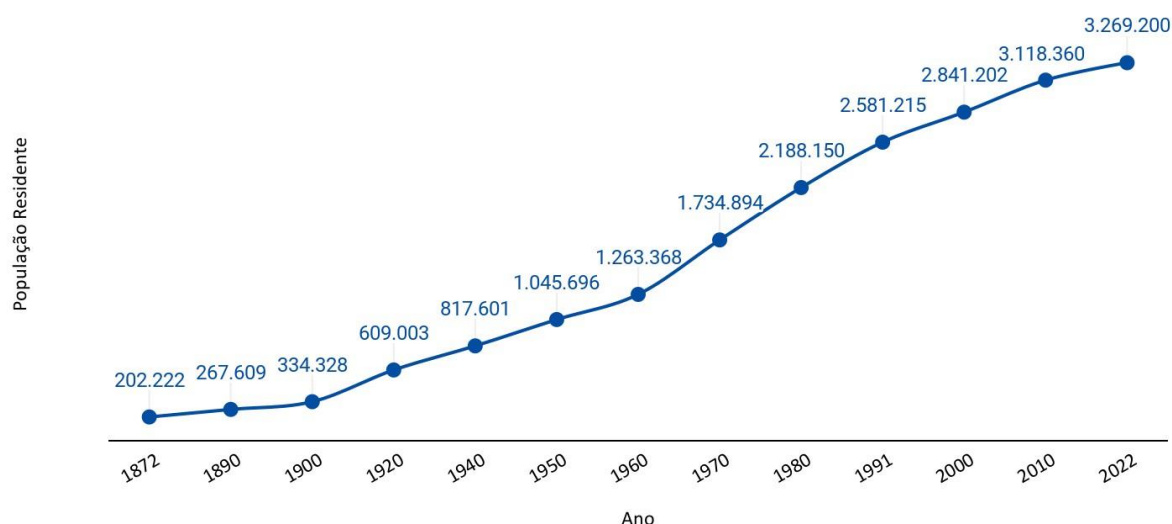
Mapa 2 - Piauí: Distribuição Espacial dos Territórios de Desenvolvimento



1.3 População Residente

A população do Piauí apresentou um crescimento anual de 0,39% de 2010 a 2022, totalizando um aumento de 4,8% nos últimos 12 anos. O período censitário que apontou maior crescimento foi entre 1960 e 1970, quando a população passou de 1.263.368 para 1.734.894 habitantes, um aumento de 471.526 habitantes ou de 37,3%. A última comparação censitária, entre 2010 e 2022, apontou menor crescimento, 150.840 habitantes (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Série histórica da população residente do Estado do Piauí



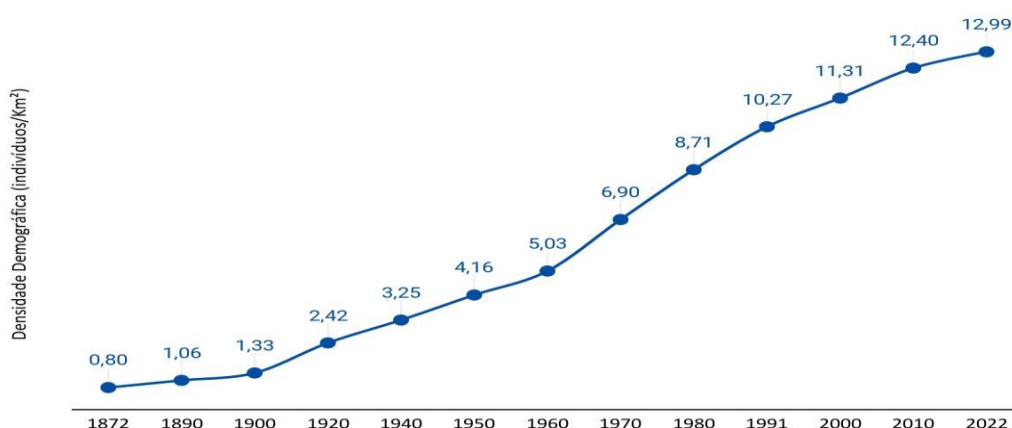
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

A população pode ser observada levando em consideração a Área Territorial, isto é, a densidade demográfica, um indicador que pode ser utilizado para a formulação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, transporte, habitação, entre outras. Mediante a análise da densidade demográfica de uma região, é possível identificar a concentração populacional e as necessidades específicas daquela área. Por exemplo, as regiões com alta densidade demográfica requerem aplicação de maior investimento em políticas de transporte público e moradia

popular, para garantir o acesso da população aos serviços essenciais. Já em regiões com baixa densidade demográfica, pode ser necessário investir em políticas de incentivo à fixação de população e desenvolvimento econômico. Em resumo, a densidade demográfica é um importante indicador para a formulação de políticas públicas.

A densidade demográfica é um indicador resultante do número absoluto da população total dividido pelo território da unidade geográfica (município, estado ou país), em quilômetros quadrados. Comparativamente, entre os últimos Censos Demográficos, a densidade demográfica do estado do Piauí aumentou 0,59 pessoa por km², isto é, em 2010, a densidade do Estado era de 12,40 e, em 2022, o IBGE identificou 12,99 pessoas por km². Com base nos dados censitários, constata-se que as menores densidades demográficas foram registradas no primeiro e último Censos, realizados em 1872 e 2022, com 0,26 hab./km² e 0,59 hab./km², respectivamente. Em contrapartida, a maior densidade populacional foi verificada no Censo de 1980, com 1,81 habitante por quilômetro quadrado. O Gráfico 3 apresenta o crescimento da densidade demográfica piauiense de 1872 a 2022.

Gráfico 3 - Série histórica da densidade demográfica do Estado do Piauí



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

1.4 Distribuição da população por sexo e por cor ou raça

De acordo com a estimativa do IBGE, a população do Piauí, em 2022, era composta por 48,9% (1.600.602) de pessoas do sexo masculino e 51,1% (1.670.597) do sexo feminino. Os dados mostram que a população feminina é maior do que a masculina, seguindo as tendências regional e nacional (Tabela 2).

Tabela 2 - Composição da população do Piauí, de acordo com o sexo (2022)

Nível Geográfico	População (Mil)			População (%)	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Piauí	3.271	1.600	1.670	48,9	51,1
Nordeste	54.657	26.417	28.240	48,3	51,7
Brasil	203.080	98.532	104.548	48,5	51,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Em relação à cor ou raça, 21,3% (701.000) da população piauiense se considera branca, 10,7% (353.000) se considera preta e 67,7% (2.234.000) se considera parda. A proporção de pessoas brancas, pretas e pardas no Estado segue um padrão semelhante à Região Nordeste, porém é diferente da média encontrada em todo o país, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Composição da população do Piauí, de acordo com a raça (2022)

Nível Geográfico	População (Mil)				População (%)		
	Total	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Piauí	3.298	701	353	2.234	21,3	10,7	67,7
Nordeste	57.903	14.529	7.751	35.017	25,1	13,4	60,5
Brasil	214.680	92.033	22.347	97.833	42,9	10,4	45,6

Fonte: IBGE. PNADC. (trimestral 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

1.5 Distribuição populacional por grupos de idade

No Piauí, 59,3% da população é composta por pessoas entre 18 e 59 anos e a faixa etária com menor percentual está entre 14 e 17 anos, enquanto a população entre 40 e 59 anos é o maior grupo populacional, nas três esferas geográficas (Tabela 4).

Tabela 4 - Composição da população do Piauí, de acordo com a idade (2022) (%)

Nível Geográfico	0 a 13 anos	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Piauí	19,3	6,3	11	23	25,3	15,1	100
Nordeste	19,6	6,2	11	23,1	25,5	14,6	100
Brasil	18,4	5,6	10,5	23,2	26,5	15,8	100

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

O Piauí, em relação à média da Região Nordeste e à nacional, quanto à idade da sua população, segue a mesma tendência. Com base nas informações relativas à população piauiense, conclui-se que a maioria é de mulheres, a maior parte se autodeclara parda e se encontra na faixa etária de 25 a 59 anos.

2 CONDIÇÕES DE VIDA

O tema Condição de Vida refere-se a um conjunto de fatores e recursos disponíveis que impactam o bem-estar e a qualidade de vida de uma pessoa ou sociedade, o que pode considerar diversos aspectos. Nesta síntese, a análise das condições de vida compreende os indicadores de educação, domicílios, saúde e saneamento básico. Esses elementos são essenciais para uma vida digna e saudável, proporcionando um desenvolvimento sustentável. Condições de vida adequadas são essenciais para o bem-estar geral e para o alcance de uma sociedade mais justa e equitativa.

Uma vida digna passa por uma condição de domicílio adequado. O termo "adequado" adquire aqui duas vertentes que se complementam. A primeira, refere-se a uma moradia que possa disponibilizar espaço e recursos para seus moradores, refletindo no número de moradores por domicílio. A segunda, diz respeito ao material de construção dos domicílios: quanto melhores forem os materiais de construção, melhor será a qualidade de vida dos residentes. Essas duas vertentes se complementam, isto é, quanto mais espaço e recursos os moradores tiverem e quanto melhores forem os materiais de construção dos domicílios, melhor será a qualidade de vida das pessoas.

A educação é um fator que possibilita um maior desenvolvimento. Neste ínterim, o nível de escolaridade é relevante, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade da população, maior é a possibilidade de desenvolvimento. Porém, o aumento do nível de escolaridade deve ocorrer em paralelo com a crescente qualidade da educação. No Brasil, uma medida bastante utilizada para mensurar a qualidade educacional é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é calculado com base no desempenho dos estudantes em avaliações de aprendizagem, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), combinado com dados de fluxo escolar (distorção idade-série e conclusão dos estudos no tempo adequado), como a taxa de

aprovação dos alunos. Dessa forma, quanto mais anos de estudo a população tem e quanto maior for a qualidade da educação, melhores serão as condições de vida de uma determinada população.

A saúde é fundamental para proporcionar melhores condições de vida. Sem uma condição saudável, a população não terá oportunidades de alcançar um maior desenvolvimento, seja na esfera social ou econômica. Quanto mais saudável uma população, maior será a expectativa de vida ao nascer. Uma maior expectativa de vida ao nascer é um indicador-chave, que reflete os avanços na área da saúde e na cobertura de serviços médicos. Isso se traduz em uma menor taxa de mortalidade infantil e materna, além de mais médicos e leitos por habitante, o que contribui para a longevidade mais saudável da população.

Ainda na perspectiva da saúde, uma boa cobertura do saneamento básico é fundamental para proporcionar uma melhor condição de vida para a população. Isso inclui o abastecimento de água e a cobertura de esgotamento sanitário, que incidem diretamente em indicadores de saúde e meio ambiente.

Para além das questões conceituais das condições de vida, a mensuração delas é realizada a partir da análise de indicadores que compreendem o domicílio, a educação, a saúde e o saneamento básico. A compreensão passa pela adoção da natureza quantitativa da metodologia, bem como pela descrição da frequência estatística como técnica de observação.

As análises referem-se aos indicadores piauienses, que são comparados com a realidade da Região Nordeste e do país como um todo. A metodologia comparativa serve para identificar o comportamento dos indicadores e avaliar a posição do estado do Piauí em relação à Região Nordeste e ao Brasil. Os anos analisados dependem tanto do tipo de indicador quanto da disponibilização dos dados nas bases de dados públicas, como o IBGE, Ministério da Saúde e o INEP.

Este capítulo está dividido em quatro partes, que tratam da análise dos indicadores. A primeira parte discorre sobre os Domicílios, a segunda

versa sobre o Saneamento Básico, a terceira aborda a Educação e, por fim, são apresentados os Dados da Saúde. Em cada uma dessas partes, de forma introdutória, é exposta a variedade de indicadores em análise.

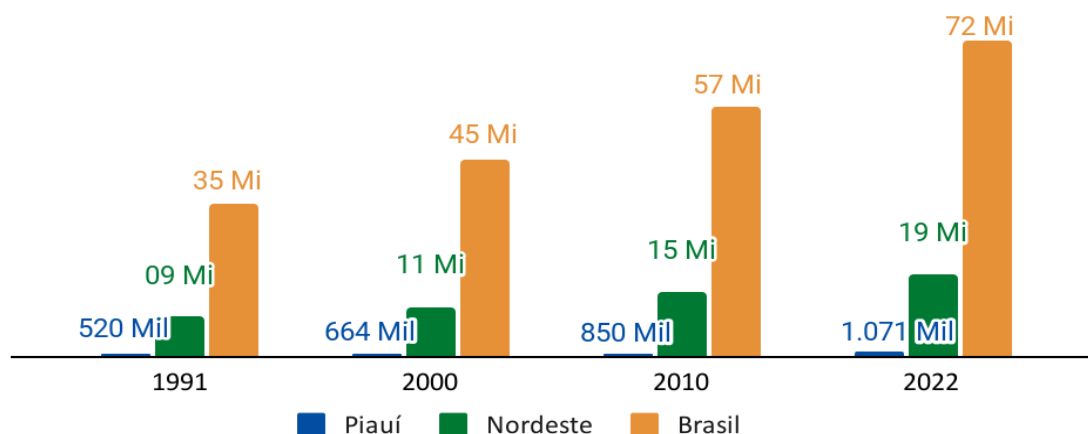
Por fim, como forma de orientar o desenvolvimento, as análises das condições de vida são relevantes para compreender como as políticas e programas de governo estão contribuindo para a qualidade de vida dos piauienses.

2.1 Domicílios

Os indicadores utilizados para “domicílios” são: a) número médio de domicílios e de moradores; e b) moradia (tipo e material). As informações analisadas foram coletadas na base pública do IBGE, em particular, no Censo Demográfico de 1991 a 2022 e na PNAD, referentes aos anos de 2016 a 2022, período em que as pesquisas foram realizadas.

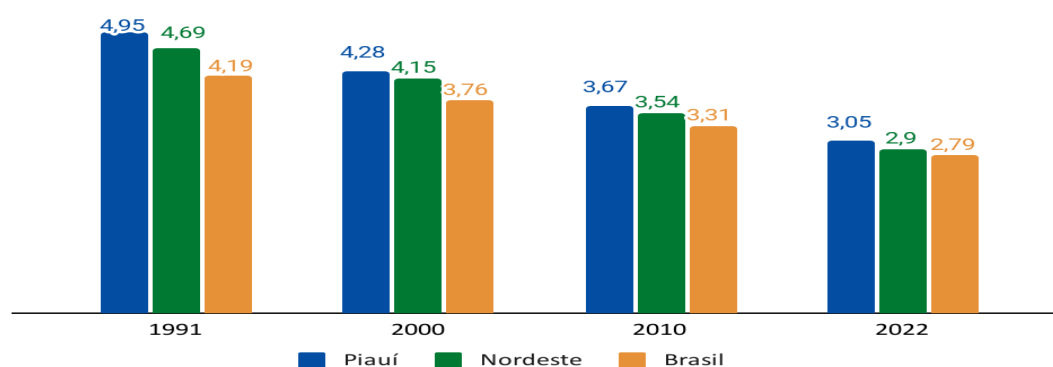
2.1.1 Número de domicílios e número médio de moradores

O Piauí, conforme o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, registrou um pouco mais de 1,07 milhão de domicílios. Esse número representa um aumento de 26,03% em relação ao Censo de 2010, quando o total de domicílios era de 849.740 (Gráfico 4). Na Região Nordeste, o número de domicílios cresceu 25,62% entre 2010 e 2022. Em relação ao Brasil, esse crescimento foi de 26,15% durante o mesmo período. Os dados demonstram que o aumento dos domicílios e o quanto eles cresceram é uma tendência observada no país.

Gráfico 4 - Número de domicílios (1991-2022)

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991 - 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

O número médio de moradores por domicílio no Piauí, de acordo com as informações dos Censos Demográficos, apresentou uma diminuição no período de 1991 a 2022, variando de 4,95 para 3,05 o que representa uma diminuição de 1,9 pessoa por domicílio. A Região Nordeste, no mesmo período, apresentou queda menor que o Piauí, pois no primeiro ano da série eram 4,69 pessoas por domicílio e declinou para 2,9, em 2022, demonstrando uma diferença para menos de 1,79 pessoa, enquanto o Brasil, no mesmo período, apresentou uma diminuição de 1,4 pessoa por domicílio (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Número médio de moradores (1991-2022)

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991 - 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.1.2 Domicílios por tipo de ocupação

Os tipos de moradia se referem às diferentes variações de domicílios em que as pessoas podem viver, conforme o IBGE, eles são: casas, apartamentos e habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco. A habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco refere-se a uma tipologia precária de moradia, uma vez que as construções são improvisadas e podem apresentar problemas estruturais, como falta de estabilidade, isolamento térmico inadequado e risco de desabamento. Além disso, a falta de ventilação e iluminação adequadas pode contribuir para um ambiente desconfortável e insalubre.

No que se refere às tipologias “casa” e “apartamento”, a qualidade de vida está ligada às condições estruturais em que elas se encontram, a exemplo do material de construção, de regularização legal, de acesso ao sistema de saneamento, assim como das condições em que elas se encontram, se em estado regular ou degradado.

No Piauí, em 2022, o tipo de domicílio “casa” representou 95,8 %, ou seja, maioria absoluta quando comparada com os demais. A moradia “apartamento”, com 42 mil, representou 4% no Estado, no referido ano. No mesmo ano, foram registradas 1000 unidades da tipologia “habitação casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco”, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Número de domicílios: distribuição por tipo de domicílio (2016-2022) (continua)

Nível Geográfico	Tipo do domicílio	Número de domicílios (mil)				
		2016	2017	2018	2019	2022
Piauí	Apartamento	20	16	22	27	42
	Casa	970	987	965	980	987
	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco ¹	-	-	1	-	1
	Total	990	1.003	989	1.006	1.030

Tabela 5 - Número de domicílios: distribuição por tipo de domicílio (2016-2022) (conclusão)

Nordeste	Apartamento	1.533	1.580	1.625	1.623	1.847
	Casa	16.062	16.213	16.428	16.864	17.431
	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco ¹	32	25	26	30	18
	Total	17.628	17.818	18.080	18.517	19.296
Brasil	Apartamento	9.257	8.993	9.650	10.095	11.021
	Casa	57.804	58.892	59.655	60.418	63.012
	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco ¹	153	132	114	132	112
	Total	67.213	68.018	69.419	70.646	74.145

Fonte: IBGE. PNADC (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Nota: ¹ quando localizado em habitação que se caracteriza pelo uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro, cozinha, tanque etc.) com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar etc.)

No país, em 2022, de um pouco mais de 74 milhões de domicílios, a tipologia predominante, conforme a classificação da PNAD Contínua, foi a casa, totalizando mais de 63 milhões de unidades, o valor representa 84,9% do total das moradias registradas no Brasil no referido ano. Compõem essa relação, respectivamente, as moradias do tipo apartamentos, que representam 14,8%, e habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco¹, representando 0,3%.

¹ Quando localizado em habitação que se caracteriza pelo uso comum de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque etc.) com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar etc.). Faz parte de um grupo de várias habitações construídas em lote urbano ou em subdivisões de habitações de uma mesma edificação, sendo geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação. Ver Nota Técnica do IBGE, disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf

2.1.3 - Domicílios por condição de ocupação

De acordo com os dados da PNAD Contínua, ao mensurar a distribuição dos domicílios por condição de ocupação, foram classificados como: i) próprio de algum morador – já pago (quando o mesmo já está integralmente quitado junto ao credor); ii) próprio de algum morador-ainda pagando (quando o domicílio ainda está em processo de quitação, ou seja não fora integralmente pago); iii) alugado; iv) cedido por empregador ou não; v) outra condição (quando o domicílio foi ocupado de forma distinta das relacionadas anteriormente). A Tabela 6 apresenta a distribuição percentual dos domicílios por condição de ocupação para o Piauí, Nordeste e Brasil.

Tabela 6 - Distribuição percentual por condição de ocupação do domicílio (2016 a 2022) (continua)

Nível Geográfico	Condição (%)	2016	2017	2018	2019	2022
Piauí	Próprio de algum morador - já pago	76,2	81,2	80,7	81	80
	Próprio de algum morador - ainda pagando	6,8	3	3,2	2,8	2,7
	Alugado	8,3	8,6	8,9	8,4	9,2
	Cedido	8,7	7,4	7,2	7,7	8
	Outra condição	0,1	0	0	0,1	0,1
Nordeste	Próprio de algum morador - já pago	73	73,1	71,5	72,4	72,3
	Próprio de algum morador - ainda pagando	3,6	3,5	3,7	3,2	3,1
	Alugado	15	15	15,7	15,7	16,2
	Cedido	8,2	8,2	9	8,6	8,2
	Outra condição	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Brasil	Próprio de algum morador - já pago	66,7	66,5	65	64,8	63,8

Tabela 6 - Distribuição percentual por condição de ocupação do domicílio (2016 a 2022) (conclusão)

Próprio de algum morador – ainda pagando	6,2	5,8	6,2	6,4	6
Alugado	18,5	18,5	19,2	19,3	21,1
Cedido	8,5	9	9,4	9,2	8,8
Outra condição	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No estado do Piauí, em 2022, os domicílios próprios de algum morador – já pago, expressaram uma participação de 80%. Este valor representa uma queda de 1 p.p. quando comparado com o ano de 2019. A segunda condição com maior representatividade na ocupação dos domicílios foi a “alugado”, com 9,2%, seguida da condição “cedido”, com 8%. Ainda no Estado, a classificação “outra condição” teve apenas 0,1% de participação. Destaca-se o aumento de domicílios na condição “alugado” e “cedido”, isso comparando-se o ano de 2022 ao de 2019.

No Nordeste, os domicílios na condição “própria” de algum morador – representaram a maior participação entre as demais, totalizando 72,3% em 2022. Os domicílios na condição “alugada” representavam 16,2% na região, seguido de “cedido” (8,2%) e “próprio de algum morador – ainda pagando” (3,1%). Comparando os dados de 2022 com os de 2019, verifica-se um aumento nos domicílios na condição “alugado” e uma leve diminuição no de condição própria de algum morador – já pago, mesmo comportamento verificado no Piauí.

Entre 2019 e 2022, no Brasil, seguindo o comportamento verificado na Região Nordeste e no Piauí, há uma diminuição no percentual de domicílios na condição de ocupação “próprio de algum morador – já pago” e um aumento na condição de ocupação “alugado”.

2.1.4 Distribuição dos domicílios por tipo de material

Uma variável importante para analisar o indicador “domicílio” é o tipo de material utilizado para a sua construção. O tipo de material de construção utilizado em uma casa pode desempenhar um papel significativo nas condições de vida dos seus moradores, influenciando aspectos relacionados ao conforto, saúde, segurança e sustentabilidade.

Os tipos de materiais podem ser analisados por partes da moradia, como o telhado, a parede e o piso. Materiais de construção adequados podem contribuir para a redução de problemas relacionados à umidade, mofo e infiltrações, melhorando a qualidade do ar interior e prevenindo doenças respiratórias. Podem influenciar na durabilidade e na resistência da casa, afetando a segurança dos moradores. Materiais de boa qualidade e construções bem executadas podem garantir uma estrutura sólida e resistente a intempéries e desgaste ao longo do tempo.

Telhado

O tipo de material utilizado na cobertura de uma residência tem por função, do ponto de vista estrutural, a proteção da edificação de agentes intempéries como: vento, sol, chuvas, etc. O tipo de material utilizado na cobertura dos domicílios também reflete na segurança, conforto térmico e bem-estar dos moradores residentes. Nesse sentido, a Tabela 7 apresenta a distribuição dos domicílios por tipo de material utilizado no telhado.

Tabela 7 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material – telhado (2016-2022)

Nível Geográfico	Material predominante na cobertura (%)	Ano				
		2016	2017	2018	2019	2022
Piauí	Telha sem laje de concreto	91,7	94	93,1	93,7	91,3
	Telha com laje de concreto	4,3	3,3	4,4	3,1	5,2
	Somente laje de concreto	1,4	1	1,1	1,6	2,4
	Outro material	2,5	1,7	1,3	1,6	1
Nordeste	Telha sem laje de concreto	75,3	75	73,5	72,6	73,8
	Telha com laje de concreto	15,1	15,2	16,1	16,8	15,5
	Somente laje de concreto	8,2	8,2	8,9	8,9	9,5
	Outro material	1,5	1,5	1,4	1,7	1,3
Brasil	Telha sem laje de concreto	52	51,2	50,2	49,9	49,8
	Telha com laje de concreto	31,8	32,7	32,6	31,9	32,1
	Somente laje de concreto	13,8	13,3	14,8	15,6	15,2
	Outro material	2,4	2,9	2,5	2,6	2,9

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No Piauí, conforme os dados, observa-se nos domicílios a ampla utilização do material “telha” sem laje de concreto, considerando que, em todo o período observado, as taxas de uso foram acima de 90%. A cobertura do tipo “telha” com laje de concreto, em 2022, esteve predominantemente na cobertura de 5,2% dos domicílios e a cobertura do tipo somente laje de concreto e outro material tiveram as menores participações nos domicílios, com 2,4% e 1%, respectivamente (Tabela 7).

No Nordeste, também se observa, no período apresentado, a concentração de domicílios que têm como material predominante na cobertura das residências, a telha sem laje de concreto. Em 2022, sua participação foi de 73,8%. No último ano analisado, compõem a relação, telha com laje de concreto 15,5 %, somente laje de concreto 9,5% e outro material, com apenas 1,3%.

Conforme demonstrado na Tabela 7, em todos os anos analisados (2016-2022), no Brasil o tipo de material predominante na cobertura dos domicílios foi a telha sem laje de concreto. No entanto, observa-se uma redução gradativa entre os referidos anos dos domicílios que têm como cobertura esse material, no último ano da série, pois o percentual foi de 49,8%. Em 2022, também tiveram destaque a participação dos domicílios com cobertura do tipo: telha sem laje de concreto e telha com laje de concreto que tiveram, respectivamente, 32,1% e 15,2% de participação.

Parede

No que se refere aos dados que mensuram a distribuição dos domicílios por tipo de material das paredes (Tabela 8), observa-se que, no Brasil de modo geral, o material predominante nas edificações é do tipo alvenaria/taipa com revestimento, seguido da alvenaria/taipa sem revestimento.

Tabela 8 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material-parede (2016-2022) (continua)

Nível Geográfico	Material predominante nas paredes (%)	Ano				
		2016	2017	2018	2019	2022
Piauí	Alvenaria/taipa com revestimento	83,8	82,5	79,9	75,7	79,7
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	16,2	17,4	20,1	24,2	20,2
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outro material	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1

Tabela 8 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material-parede (2016-2022) (conclusão)

Nordeste	Alvenaria/taipa com revestimento	90,9	91,5	90,7	91,0	90,1
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	8,6	8,1	8,8	8,5	9,3
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
	Outro material	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5
Brasil	Alvenaria/taipa com revestimento	88,2	88,4	88,0	88,4	88,6
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	6,4	6,4	7,0	6,7	6,9
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	4,8	4,6	4,4	4,3	3,9
	Outro material	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No Piauí, em 2022, 79,7% dos domicílios tinham como material predominante nas paredes a alvenaria/taipa com revestimento. Observa-se que, no referido ano, este material, no Estado, representou um aumento de 4 p.p. em relação a 2019. Quando comparado à Região Nordeste e ao Brasil, os domicílios piauienses dispuseram uma menor concentração dos domicílios com alvenaria/taipa com revestimento, conforme demonstrado na tabela apresentada. No Piauí, o tipo de material alvenaria / taipa sem revestimento, representou 20,2%, os demais materiais representaram juntos 0,1% no ano de 2022 (Tabela 8).

O material alvenaria/taipa com revestimento, possui ainda uma maior representatividade nos domicílios nordestinos, quando comparado aos dados de Brasil. Nesse contexto, em 2022, esse tipo de material compôs 90,1% dos domicílios. Ou seja, uma diferença de 1,5 p.p. quando comparado ao Brasil, no mesmo período. A alvenaria/taipa sem revestimento, representa na região, 9,3% em 2022 e os demais materiais que compõem a relação constituem juntos apenas 0,6% no referido ano.

No País, em 2022, a alvenaria/taipa com revestimento somaram 88,6% dos domicílios brasileiros. Dessa forma, apresentou entre os anos de

2016 e 2022 uma pequena variação percentual, mantendo-se na ordem dos 88% em todos os anos observados. A alvenaria/taipa sem revestimento também se mantiverem numa tendência estável entre o período analisado. Assim, em 2022, o percentual foi de 6,9% deste tipo de material nos domicílios do Brasil. A madeira apropriada para construção e outros tipos de material corresponderam respectivamente a 3,9% e 0,5% do tipo de material usado nas paredes do país.

Piso

Sobre a distribuição do tipo de material utilizado no piso dos domicílios, conforme apresentado na Tabela 9, observam-se características semelhantes no que se refere à predominância da utilização do material: cerâmica, lajota ou pedra, no Brasil, Nordeste e Piauí. No país, em 2019, este tipo de material foi utilizado em 78,2% dos domicílios. O material do tipo cimento e madeira apropriado para construção correspondem respectivamente a 12,2% e 6,4% do total de domicílios brasileiros.

Tabela 9 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material – piso (2016-2022) (continua)

Nível Geográfico	Material predominante no piso (%)	Ano				
		2016	2017	2018	2019	2022
Piauí	Cerâmica, lajota ou pedra	55,5	57,3	57	55,9	60,8
	Madeira apropriada para construção	0	0,1	0	0	0,1
	Cimento	40	38,7	39,5	41,2	37,1
	Outro material	4,5	3,9	3,5	2,9	2
Nordeste	Cerâmica, lajota ou pedra	65	66,6	67,8	68,6	72,3
	Madeira apropriada para construção	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2
	Cimento	32,8	31,4	30,2	29,6	26,3
	Outro material	2	1,8	1,7	1,5	1,1

Tabela 9 - Distribuição percentual dos domicílios por tipo de material – piso (2016-2022) (conclusão)

BRASIL	Cerâmica, lajota ou pedra	76,5	76,8	77,5	78,2	80,7
	Madeira apropriada para construção	6,6	6,6	6,6	7	6,4
	Cimento	15,8	15,5	14,8	13,9	12,2
	Outro material	1	1,1	1,1	0,8	0,6

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No estado do Piauí, conforme a Tabela 9, em 2022, 60,8% dos domicílios tinham cerâmica, lajota ou pedra como material predominante no piso. Os valores demonstram um crescimento de 4,9 p.p. em relação ao ano de 2019. Também com uma considerável participação, o tipo de revestimento cimento esteve presente em 37,1% dos domicílios piauienses em 2022. Os valores representam uma diminuição de 4,1 p.p. em relação ao registrado no ano de 2019 no Estado. No piso dos domicílios, o revestimento do tipo “outro material” representou, em 2022, 2%.

Os domicílios do Nordeste e do Brasil tiveram um comportamento semelhante ao do Piauí ao apresentarem um aumento no uso de materiais de construção como cerâmica, lajota ou pedra como material predominante no piso. A tendência de diminuição da utilização do piso tipo “cimento” foi observada também nos níveis regional e nacional.

Com base nos dados publicados pelo IBGE em 2022, no estado do Piauí, a maioria dos domicílios é composta por casas, representando 84,9% do total. Em relação ao modo de ocupação, a maioria dos domicílios é casa própria de algum morador que já foi pago, correspondendo a 80% dos domicílios. No que se refere ao tipo de material utilizado para a construção dos telhados, a grande maioria, ou seja, 91,3% utilizam telha sem laje de concreto. Em relação às paredes, o material mais utilizado é a alvenaria/taipa com revestimento, representando 79,7% e quanto aos pisos, o material mais utilizado é a cerâmica, lajota ou pedra, representando 60,8%.

2.2 Saneamento básico

O saneamento básico, aqui representado por abastecimento de água nos domicílios e a cobertura de esgoto sanitário, é importante para a saúde e o bem-estar das pessoas. O acesso à água potável é essencial para a sobrevivência e para a prevenção de doenças, além de ser fundamental para a higiene pessoal e doméstica.

Por sua vez, o esgoto sanitário é uma fonte de contaminação e pode transmitir diversas doenças, por isso é importante que haja uma rede de esgoto sanitário adequada para coletar e tratar os resíduos humanos, evitando a contaminação do meio ambiente e a propagação de doenças. Além disso, o saneamento básico é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é um importante indicador de qualidade de vida e desenvolvimento social.

As informações sobre os indicadores de saneamento básico são fundamentais para a tomada de decisão dos gestores públicos, que podem implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas públicas com vistas a melhorar o sistema. Aqui, os dados consultados são do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em particular, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os últimos dados publicados datam de 2021, portanto, nesta análise, esse é o último ano considerado.

2.2.1 Abastecimento de água

Por abastecimento de água, o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), compreende a cobertura de redes de água potável. No Piauí, as ligações às redes de abastecimento de água aumentaram consideravelmente nos anos de 2017 a 2021. No primeiro ano da série analisada, 2017, eram 51 municípios sem este serviço e foi possível observar que o número seguiu em queda até o último ano da série

analisada, quando chegou a 28 municípios em 2021, ou seja, um resultado de 23 municípios a menos sem abastecimento de água.

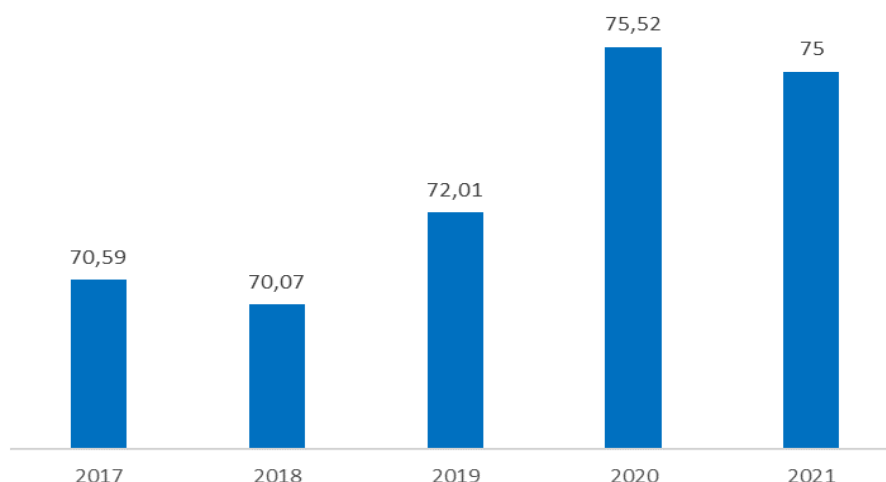
É possível observar a mesma tendência de decrescimento dos municípios sem abastecimento de água na Região Nordeste. Entre os anos analisados houve uma diminuição de 81 municípios sem o serviço de saneamento básico, dessa forma, em 2017, eram 210 municípios, já em 2021 a quantidade de municípios passou para 129. Esta realidade foi delineada no Brasil, cuja redução foi de 217 municípios (Tabela 10).

Tabela 10 - Municípios sem abastecimento de água

Nível Geográfico	2017	2018	2019	2020	2021
Piauí	51	49	43	34	28
Nordeste	210	190	180	151	129
Brasil	496	463	415	275	279

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: CEPRO/SEPLAN (2023).

O Gráfico 6 aponta o percentual da população do Piauí atendida com o serviço de abastecimento de água, cujos resultados demonstram aumento de 4,91 p.p. nos anos de 2017 a 2020, observa-se que no período em questão o crescimento foi constante, no entanto, ao final da série analisada, houve uma diminuição de 0,52 p.p. entre 2020 e 2021, como é possível analisar no gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Piauí: percentual da população com atendimento de água

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: CEPRO/SEPLAN (2023).

2.2.2 Serviço de esgotamento sanitário

Por serviços de esgotamento sanitário, compreende-se a população atendida por redes de esgoto. De acordo com as informações da Tabela 11, o número de municípios não atendidos pelo serviço de esgotamento sanitário no Piauí diminuiu entre os anos 2017 e 2020, passando de 207 para 191. No entanto, analisando os últimos dois anos da série, observa-se um leve aumento no número de municípios, isto é, no ano de 2021 havia 195 municípios sem o serviço.

Já na região Nordeste, é possível notar um movimento decrescente constante no mesmo período analisado, em 2017 eram 1.296 municípios e no último ano da série 1.165 sem o serviço de esgotamento sanitário, sendo assim os números representam uma diminuição de 131 municípios.

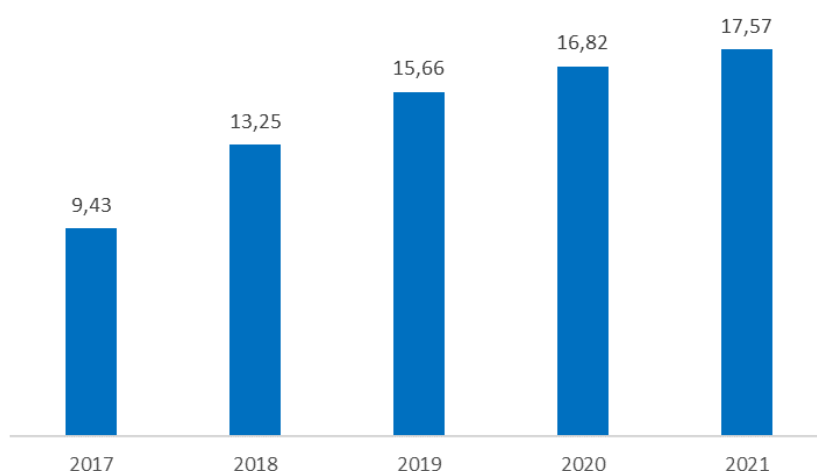
Tabela 11 - Municípios sem rede de tratamento de esgoto

Nível Geográfico	2017	2018	2019	2020	2021
Piauí	207	203	197	191	195
Nordeste	1296	1273	1263	1166	1165
Brasil	3131	3055	2981	2767	2793

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: CEPRO/SEPLAN (2023).

O Gráfico 7 demonstra o aumento percentual de população atendida com o serviço de esgotamento sanitário no Piauí. No ano de 2017, o percentual da população atendida era de 9,43%, já em 2021, último ano da série analisada, era de 17,57%, sendo assim, os dados demonstram um aumento de 8,14 p.p.

Gráfico 7 - Percentual da população atendida com esgotamento sanitário



Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Elaboração: CEPRO/SEPLAN (2023).

2.3 Educação

A educação tem influência direta nas condições de vida das pessoas e da sociedade como um todo, proporcionando melhores oportunidades de trabalho, um maior rendimento e um pensamento crítico, além de impactar na saúde, segurança e qualidade de vida. A falta de acesso à educação ou uma educação precária pode limitar as oportunidades e restringir a capacidade de desenvolvimento.

Em termos de indicadores, aqui serão tratados: escolaridade média, taxa de analfabetismo, taxa de promoção, taxa de repetência, taxa de evasão, taxa de migração para EJA, percentual da população com pelo menos ensino fundamental, distorção idade-série e número de matrículas.

As informações utilizadas foram obtidas por meio do Censo da Educação, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

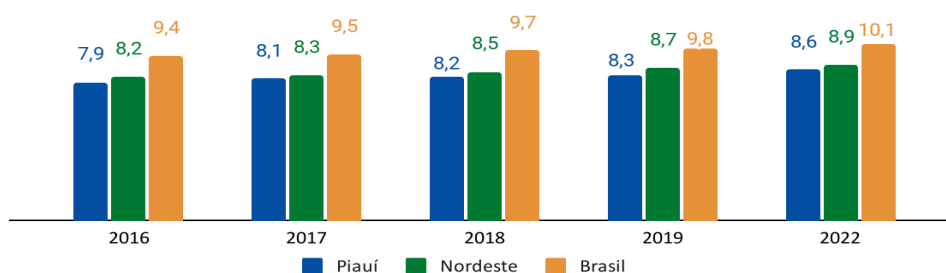
Educacionais (INEP), e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo IBGE. O Censo da Educação é um levantamento periódico que visa fornecer dados abrangentes sobre a situação educacional no país. Por sua vez, a PNADC tem como foco principal a coleta de informações relacionadas ao mercado de trabalho e características demográficas, mas também inclui perguntas suplementares sobre educação. É importante ressaltar que ambas as pesquisas são realizadas regularmente, sendo o Censo da Educação conduzido pelo INEP e a PNAD Contínua, que aborda o tema da educação, é realizada pelo IBGE no segundo trimestre de cada ano.

2.3.1 Escolaridade média

O número médio de anos de estudo é responsável por expressar a escolaridade média da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupo de idade, segundo o INEP (2004).

De acordo com dados da PNADC, o número médio de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade, no Piauí, teve seu percentual ampliado no período de 2016 a 2022, passando de 7,9 para 8,6 anos. Na Região Nordeste e no Brasil, também foi possível observar a mesma dinâmica no período analisado, com aumento de 8,2 para 8,9 anos e de 9,4 para 10,1 anos, respectivamente (Gráfico 8).

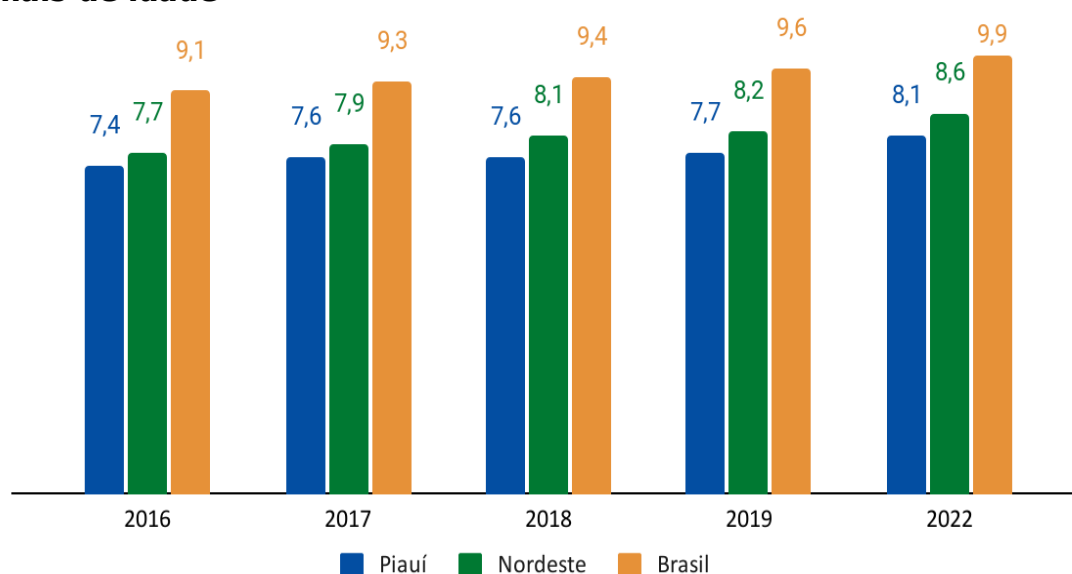
Gráfico 8 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE. PNADC. - 2º trimestre. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

De acordo com o Gráfico 9, no que se refere ao número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, observa-se, no Estado, uma tendência de crescimento no período analisado (2016 - 2022), assim, o valor passou de 7,4 anos em 2016, para 8,1 anos em 2022 no Piauí. A mesma tendência pode ser observada na região Nordeste e no Brasil, que no ano de 2022 representaram, respectivamente, 8,6 e 9,9 anos.

Gráfico 9 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade

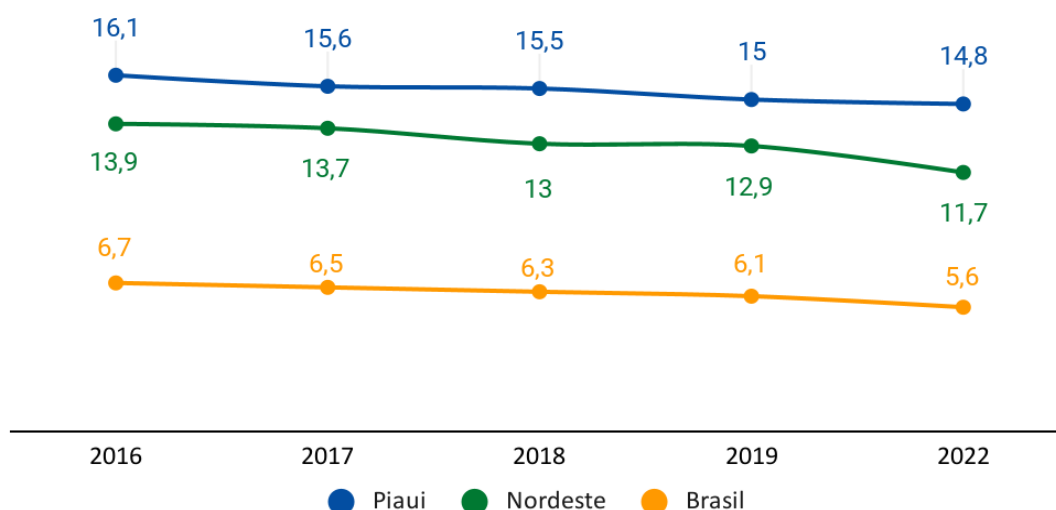


Fonte: IBGE. PNADC. - 2º trimestre. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.3.2 Taxa de analfabetismo

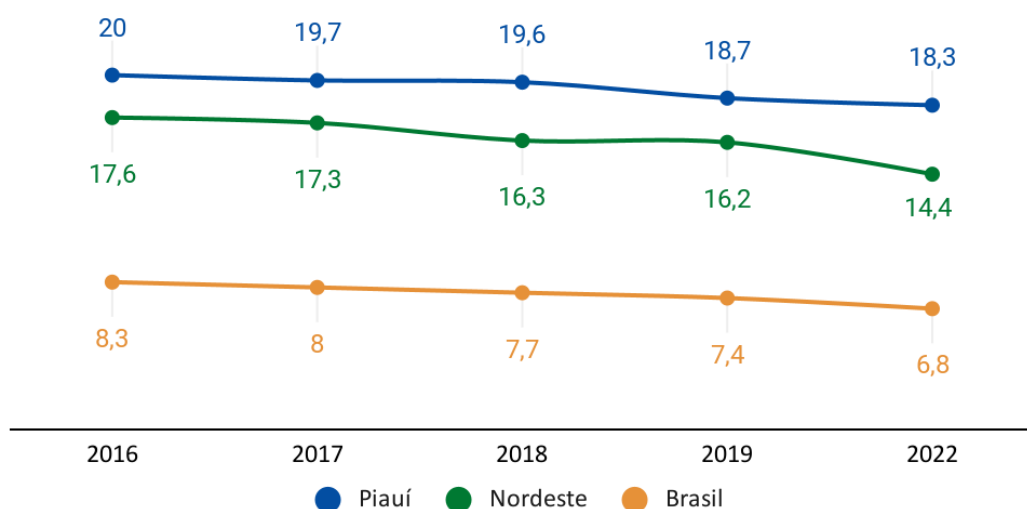
A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado, de acordo com o INEP (2004).

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, demonstra, entre 2016 e 2022, um comportamento de redução progressivo, saindo de 16,1%, no ano inicial da série, para 14,8%, em 2022 (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)

Fonte: IBGE. PNADC. - 2º trimestre. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Em relação à taxa de analfabetismo das pessoas com 25 anos de idade ou mais, no Piauí, observou-se uma queda gradativa ao longo da série histórica, partindo de 20%, em 2016, para 18,3 %, em 2022, uma redução de 1,7 p.p. Além disso, o Nordeste e o Brasil também apresentaram uma queda gradual, no mesmo período, de 17,6 % para 14,4% e de 8,3% para 6,8%, respectivamente (Gráfico 11).

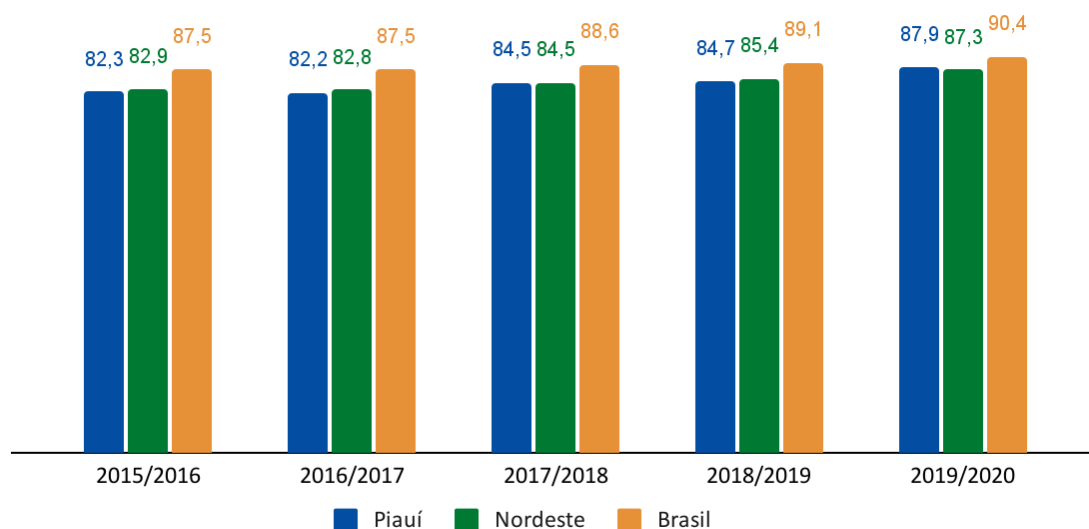
Gráfico 11 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)

Fonte: IBGE. PNADC. - 2º trimestre. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.3.3 Taxa de promoção do Ensino Fundamental e Médio

A taxa de promoção representa o percentual de alunos promovidos, caracterizando o fluxo de entrada, no que se refere às taxas de fluxo escolar, com base no INEP (2004). No Piauí, a taxa de promoção no Ensino Fundamental entre os anos de 2015-2016 e 2019-2020 aumentou 5,6 pontos percentuais, passando de 82,3% para 87,9%. Em todo o período estudado, o que delineou queda e marcou a menor taxa foi 2016/2017 (82,2%). A Região Nordeste, também, demonstrou crescimento, passando de 82,9% para 87,3%. Essa alta também pode ser observada nos dados referentes ao Brasil, que passou de 87,5% para 90,4%, no mesmo período (Gráfico 12).

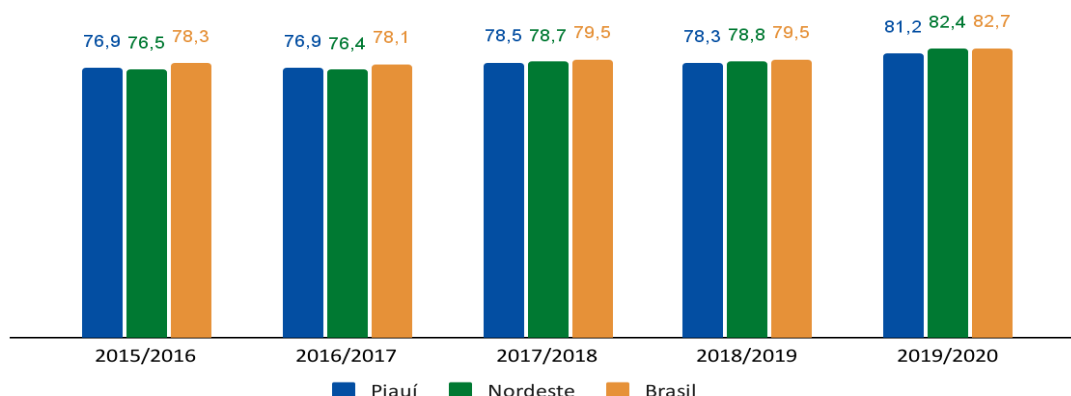
Gráfico 12 - Taxa de promoção do Ensino Fundamental (%)



Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No Ensino Médio, a taxa de promoção no estado do Piauí apresentou um aumento de 4,3 pontos percentuais, passando de 76,9 em 2015-2016 para 81,2 em 2019/2020. Referente à Região Nordeste, houve um aumento na taxa entre o período de 2015-2016 a 2019-2020, passando de 76,5 para 82,4. No mesmo período, o Brasil apresentou um aumento de 4,4 pontos percentuais, passando de 78,3 para 82,7 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Taxa de promoção do Ensino Médio

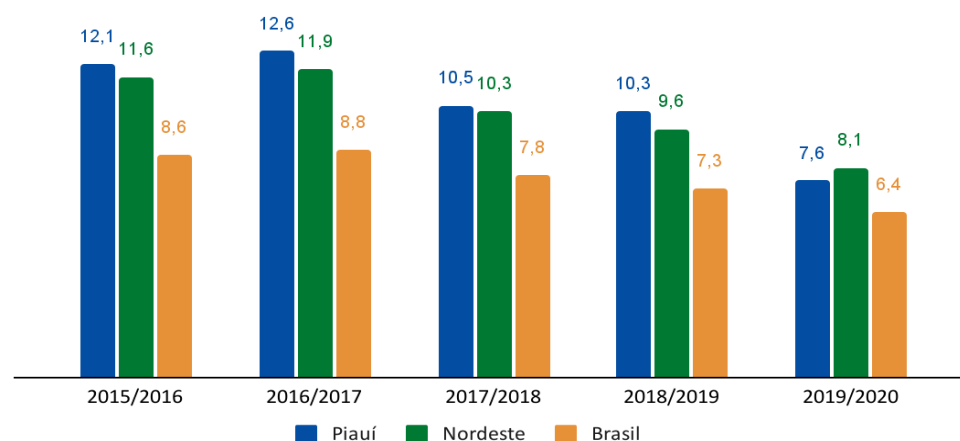


Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.3.4 Taxa de repetência de Ensino Fundamental e Médio

A taxa de repetência expressa o percentual de alunos que não obtiveram aprovação no ano letivo, no Piauí. Observou-se que a taxa de repetência do Ensino Fundamental apontou redução de 12,1% para 7,6% (4,5 p.p.), entre os biênios de 2015/2016 e 2019/2020. Para o mesmo período, o Nordeste e o Brasil apresentaram redução de 11,6% para 8,1% (3,5 p.p) e de 8,6% para 6,4% (2,2 p.p.), respectivamente (Gráfico 14).

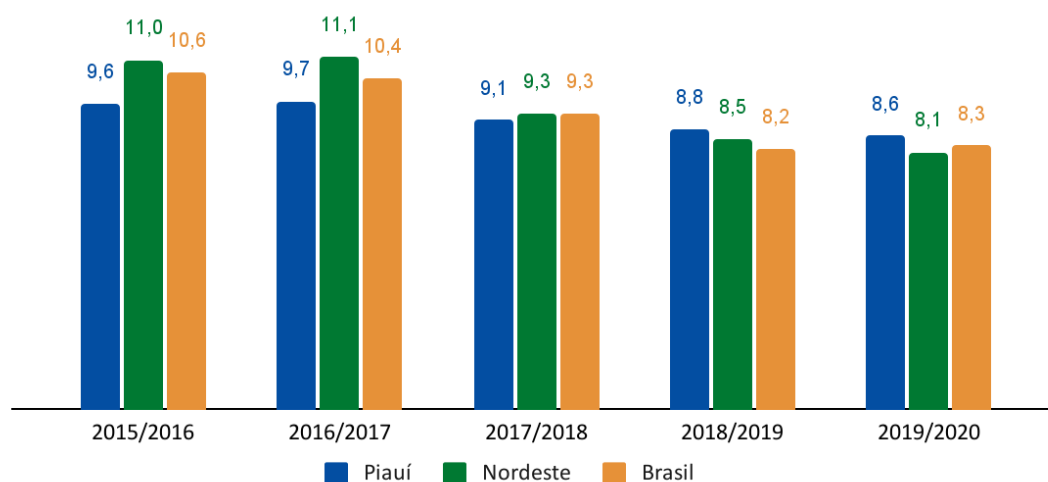
Gráfico 14 - Taxa de repetência do Ensino Fundamental



Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

É possível notar um refreio na Taxa de Repetência do Ensino Médio de 9,6% para 8,6%, entre o primeiro e último biênio da série histórica em evidência, na região Nordeste, quando o percentual caiu de 11% para 8,1%. Seguindo a mesma lógica, o Brasil saiu de 10,6% para 8,3%, como é possível notar no Gráfico 15.

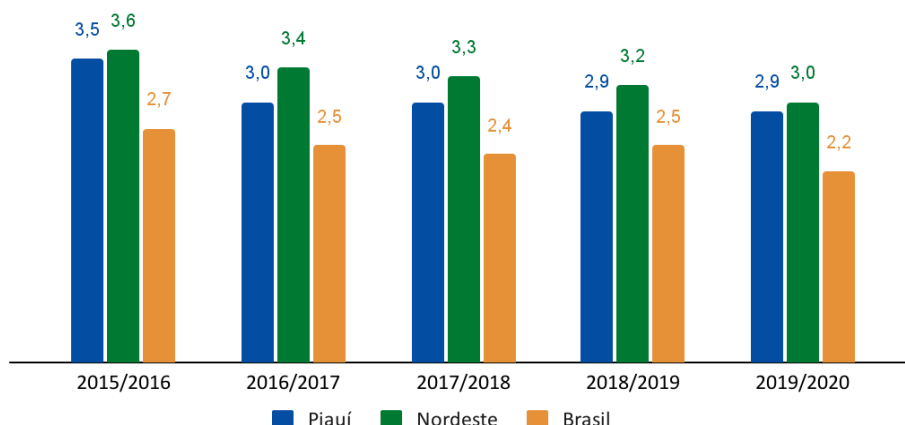
Gráfico 15 - Taxa de repetência do Ensino Médio



Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

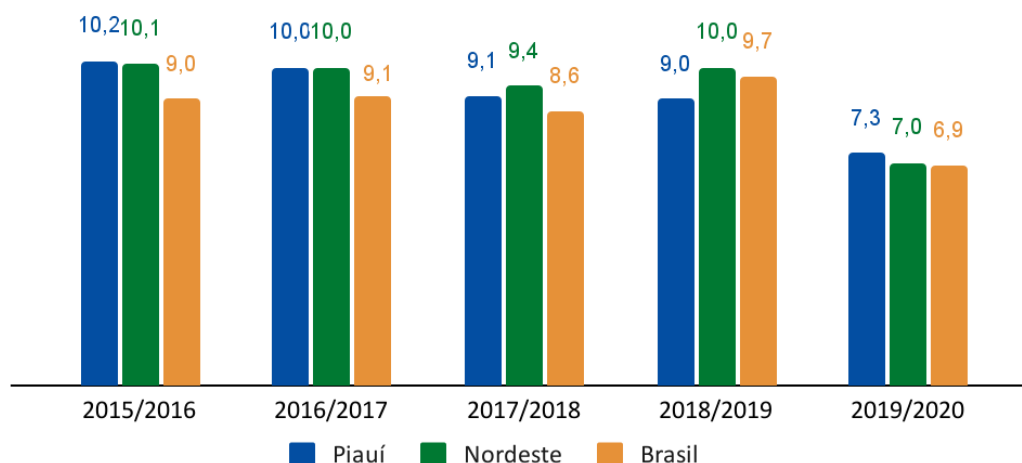
2.3.5 Taxa de evasão do Ensino Fundamental e Médio

A evasão escolar representa o percentual de alunos que deixaram a escola durante o período letivo. No que se refere à taxa de evasão escolar do Ensino Fundamental no Piauí, notou-se que houve variação para menos, saindo de 3,5 para 2,9 entre os períodos de 2015/2016 a 2019/2020. Também, foi percebida leve redução na taxa da Região Nordeste, passando de 3,6 para 3, enquanto o Brasil saiu de 2,7 para 2,2, nos mesmos biênios, como demonstra o Gráfico 16.

Gráfico 16 - Taxa de evasão do Ensino Fundamental

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No que concerne ao Ensino Médio, observou-se uma diminuição na taxa de evasão no Piauí, caindo de 10,2 para 7,3, entre os anos de 2015/2016 e 2019/2020. No mesmo período, notou-se uma queda na taxa para a Região Nordeste, de 10,1% para 7%, fato também notado no Brasil, que passou de 9% para 6,9%, conforme o Gráfico 17.

Gráfico 17 - Taxa de evasão do Ensino Médio

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

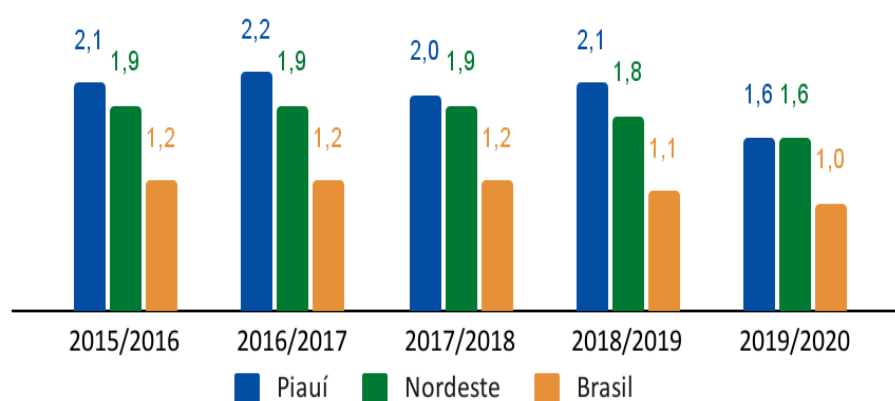
2.3.6 Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental e Médio

O Ensino de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada ao grupo populacional já referido que não concluiu, abandonou

ou por outro motivo, não teve acesso à educação formal na idade apropriada, conforme o INEP (2004).

Observa-se que no estado do Piauí a taxa de migração para o EJA, na modalidade Ensino Fundamental teve uma queda de 0,5 p.p. entre os anos de 2015 a 2020, saindo de 2,1 para 1,6. Também foi possível observar uma queda na Região Nordeste, que saiu de 1,9 para 1,6, no mesmo período, bem como, no Brasil, que apresentou uma diferença para menos, saindo de 1,2 para 1 (Gráfico 18).

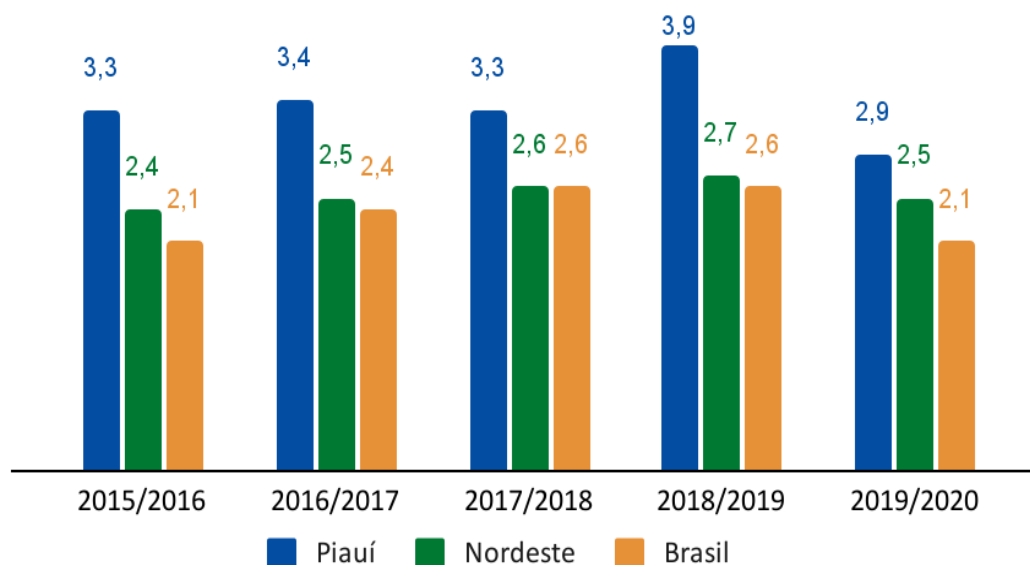
Gráfico 18 - Taxa de migração para o EJA do Ensino Fundamental



Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

A migração para o EJA do Ensino Médio no Piauí apresentou queda de 0,4 ponto percentual nos anos de 2015-2016 a 2019-2020, passando de 3,3% para 2,9%. No mesmo período, a Região Nordeste demonstrou leve aumento na taxa, passando de 2,4% para 2,5%, já o Brasil, embora tenha apresentado crescimento da taxa entre os anos de 2015-2016 a 2018-2019, no biênio 2019-2020, delineou queda da taxa, se igualando aos registros do primeiro biênio deste estudo (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Taxa de migração para o EJA do Ensino Médio (%)



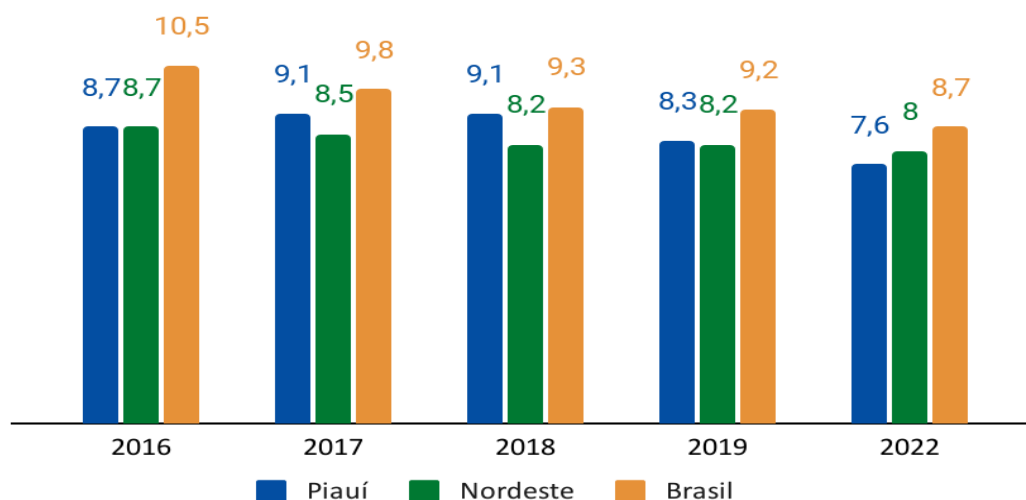
Fonte: INEP. Censo da Educação Básica. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.3.7 Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo

O percentual da população com 14 anos ou mais que possui pelo menos o Ensino Fundamental Completo é um dos importantes indicadores para avaliação do nível de instrução da população. De acordo com a PNAD Contínua, esse indicador tomou como base o cálculo da razão entre o número de pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas) / total de pessoas de 14 anos ou mais.

No Piauí, o percentual apresentou um aumento entre 2016 e 2017, manteve-se em 2018, no entanto, foi possível observar queda nos anos subsequentes 2019 (8,3%) e 2022 (7,6%). A Região Nordeste apontou diminuição no percentual, saindo de 8,7%, em 2016, para 8% em 2022. Também foi percebida uma redução no percentual nos registros do Brasil no mesmo período, considerando que a taxa passou de 10,5% para 8,7% (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Percentual da população (14 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (%)



Fonte: IBGE. PNADC 2 Trimestre (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.3.8 Distorção idade-série

A taxa de distorção idade-série traduz o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Para o Ensino Fundamental, no Brasil, considera-se como idade adequada o ingresso aos 7 anos de idade, com duração em geral de 8 anos (INEP, 2004).

De acordo com dados do Censo da Educação Básica (INEP), a Taxa de Distorção Idade-Série do Ensino Fundamental II, nos anos de 2018 e 2022, no Piauí, apresentou uma queda de 9 pontos percentuais, passando de 35,6% para 26,6%. Na região Nordeste, também, foi observado uma diminuição dessa taxa, saindo de 39,7%, em 2018, para 29%, em 2022, enquanto, no Brasil, percebeu-se uma redução nos anos de 2018 a 2022, saindo de 23,7% para 14,2 %, ou seja, 9,5 pontos percentuais, como pode ser conferido na Tabela 12.

Tabela 12 - Taxa de distorção idade-série (Ensino Fundamental II) – Rede Pública Estadual (%)

Nível Geográfico	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	23,7	22,3	21,9	19,4	14,2
Nordeste	39,7	37,5	35,9	32,9	29,0
Piauí	35,6	34,6	32,4	30,3	26,6

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica (2018-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Ainda tratando da distorção idade-série, no que diz respeito ao Ensino Médio, o percentual de alunos com idade superior à idade recomendada, no Piauí, registrou diminuição, passando de 40,6%, em 2018, para 30,5%, em 2022. Em relação à Região Nordeste, também se observou uma queda no percentual, saindo de 38,6% para 34,0 %, bem como, no Brasil, que saiu de 31,5% para 24,4 %, no mesmo período, como demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 - Piauí: Taxa de distorção idade-série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%)

Nível Geográfico	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	31,5	29,3	29,3	28	24,4
Nordeste	38,6	36,2	35,3	35,6	34,0
Piauí	40,6	38,8	38,0	37,3	30,5

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica (2018-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

23.9 Número de matrículas

O número de matrículas, segundo a rede de ensino, representa um indicador da oferta e, nesse sentido, contempla a Educação Básica em suas distintas modalidades. Entre os anos de 2018 a 2020, ocorreu uma queda

no número total de matrículas no Piauí. Já entre 2021 e 2022, os registros apontam uma ampliação no quantitativo, como descrito na Tabela 14.

Tabela 14 - Distribuição do número de matrículas segundo a rede de ensino

Ano	Rede de ensino	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2018	Total	48.455.867	14.213.442	966.925
	Pública	39.460.618	11.741.486	855.038
	Privada	8.995.249	2.471.956	111.887
2019	Total	47.874.246	13.968.476	895.308
	Pública	38.739.461	11.463.542	782.832
	Privada	9.134.785	2.504.934	112.476
2020	Total	47.295.294	13.670.082	855.397
	Pública	38.504.108	11.311.052	753.970
	Privada	8.791.186	2.359.030	101.427
2021	Total	46.668.401	13.745.359	870.888
	Pública	38.532.056	11.629.219	776.378
	Privada	8.136.345	2.116.140	94.510
2022	Total	47.382.074	13.767.582	883.834
	Pública	38.382.028	11.416.885	778.021
	Privada	9.000.046	2.350.697	105.813

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica (2018-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

24 Saúde

A saúde é crucial para as condições de vida de uma sociedade devido à sua influência na produtividade, no desenvolvimento social, na redução da pobreza, na estabilidade social e na sustentabilidade. Indivíduos saudáveis contribuem mais para a economia, participam ativamente da vida social, promovem a coesão social e são menos dependentes de recursos médicos, além de terem menor impacto ambiental. Em resumo, a saúde desempenha um papel fundamental no bem-estar e no progresso de uma sociedade.

Os indicadores analisados aqui estão relacionados à expectativa de vida, mortalidade na infância, mortalidade infantil, mortalidade materna, mortalidade neonatal, proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes, proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes e número de estabelecimentos de saúde.

2.4.1 Expectativa de vida ao nascer

A expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer corresponde ao número médio de anos esperados para um recém-nascido, quando mantido o padrão de mortalidade da população residente em determinado espaço geográfico e no ano em evidência. É válido ressaltar que as condições de sobrevivência têm relação com a qualidade de vida local, considerando que fatores como educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança no trabalho, índices de violência, ausência ou presença de conflitos internos têm influência direta.

Em relação às projeções do IBGE, para o período de 2012 a 2023, foi observado que a expectativa de vida do piauiense, entre o primeiro e último ano da série histórica, apresentou uma ampliação nos valores, saindo de 70,31 no ano inicial para 72,27 no final do período. Em 2023, quando comparada a esperança de vida ao nascer no Nordeste, em relação ao Piauí, observa-se que para a região, o valor estimado foi de 74,82 anos, ou seja, uma diferença de 2,55 anos. Já para o Brasil, no referido ano, o valor foi de 77,4, ou seja, valor maior que o estimado para o Nordeste e o Piauí (Tabela 15).

Tabela 15 - Esperança de vida ao nascer no Brasil, Nordeste e Piauí – 2012 a 2023

Nível Geográfico	Período										
	2012	2013	2014	2015	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Piauí	70,31	70,5	70,6 8	70,87	71,06	71,41	71,59	71,76	71,93	72,1	72,27
Nordeste	71,89	72,21	72,51	72,81	73,09	73,63	73,89	74,13	74,37	74,6	74,82
Brasil	74,52	74,8 4	75,14	75,44	75,72	76,25	76,5	76,74	76,97	77,19	77,4

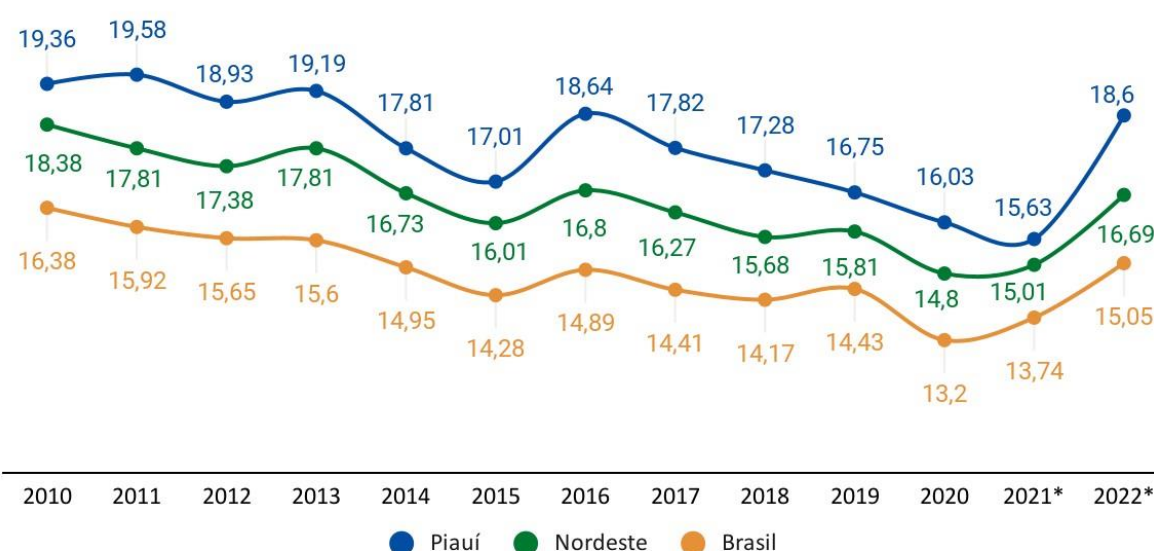
Fonte: IBGE. Projeção da População. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

2.4.2 Mortalidade na infância

A mortalidade na infância pode estar diretamente relacionada às condições de vida das crianças e suas famílias. Isso ocorre porque as condições precárias de vida, como falta de acesso à água potável, saneamento básico, alimentação adequada e cuidados médicos podem aumentar o risco de doenças e infecções que podem levar à morte de crianças. Além disso, outros fatores como a pobreza, a falta de educação e a violência também podem afetar negativamente a saúde e o bem-estar das crianças.

A mortalidade na infância define-se como ocorrida em crianças menores de cinco (5) anos. Para o cálculo da taxa de mortalidade na infância, utiliza-se a relação entre o número de óbitos de crianças dessa faixa etária, a quantidade de nascidos vivos durante o ano, em determinado espaço geográfico, multiplicados por mil.

Gráfico 21 - Mortalidade na infância (%) – 2010 a 2022



Fonte: Ministério da Saúde. SVS (2010-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

*registros preliminares.

Os registros da abrangência territorial, em evidência no Gráfico 21, demonstraram nos sete primeiros anos da série histórica, constantes variações, ora para mais ora para menos. Verificou-se que, no ano de 2011, o Piauí registrou a maior taxa (19,58 pontos), embora tenha sido constatado um declínio contínuo nos valores das taxas, a partir de 2016 até 2021, ano cujo resultado demonstrou a melhor situação registrada em todo o período analisado (15,63 pontos). Na região Nordeste e no Brasil aconteceram situações semelhantes às registradas no Piauí, embora tenha se verificado a maior ocorrência no ano de 2010, respectivamente, com 18,38 e 16,38. A melhor conjuntura foi registrada no ano de 2020, com 14,80 para o Nordeste e 13,20 para o Brasil. Verificou-se, também, que o Brasil registrou menores taxas que as outras abrangências territoriais estudadas e o Piauí detém a situação menos favorável. Vale salientar que os registros dos dois últimos anos da série estudada são preliminares, portanto, ainda poderão sofrer alterações.

2.4.3 Mortalidade neonatal

A mortalidade neonatal pode estar relacionada às condições de vida das mães e dos recém-nascidos. As condições precárias de vida, como acesso limitado a cuidados pré-natais adequados, falta de assistência médica qualificada durante o parto e condições insalubres de higiene podem aumentar o risco de complicações durante a gravidez e o parto, resultando em uma maior taxa de mortalidade neonatal.

Além disso, fatores socioeconômicos, como pobreza, falta de acesso a uma nutrição adequada e moradia inadequada, também podem desempenhar um papel na mortalidade neonatal. Melhorar as condições de vida das mães e dos recém-nascidos, incluindo acesso a cuidados de saúde de qualidade, educação sobre saúde materna e infantil e medidas de prevenção de doenças, pode ajudar a reduzir a taxa de mortalidade neonatal.

É considerada mortalidade neonatal a que ocorre em recém-nascidos até o 27º dia e subdivide-se em neonatal precoce e neonatal tardia. A taxa de mortalidade neonatal precoce é calculada com o número de óbitos de residentes de 0 a 6 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes, enquanto a taxa de mortalidade neonatal tardia é feita com o número de óbitos de residentes de 7 a 27 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes.

Gráfico 22 - Taxa de Mortalidade Neonatal (%) – 2010 a 2022



Fonte: Ministério da Saúde. SVS (2010-2022). **Elaboração:** Superintendência CEPRO (2023). *registros preliminares.

No Piauí, observou-se que a partir de 2011 até 2015, aconteceu uma diminuição contínua, variando para mais em 2016. A partir de 2017, as taxas sofreram queda prorrogada até 2020, quando atingiu a melhor situação de todo o período (9,31%). Os dois últimos anos da série, ainda não consolidados, apontam elevação decimal nos resultados (Gráfico 22).

2.4.4 Mortalidade materna

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como mortalidade materna a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias depois do parto, independente da duração ou localização da gravidez, devido somente à causa relacionada com ou com agravo da gravidez ou por medidas em relação a ela. A proposta de reajustes da meta para a mortalidade materna é de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos, enquanto a meta global para 2030 é de menos de 70 óbitos.

Tabela 16 - Taxa de mortalidade materna global, Piauí, Nordeste e Brasil (%) – 2010 a 2022

Nível Geográfico	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*	2022*
Piauí	95,1	89,74	100,08	94,79	68,83	83,24	80,88	72,09	84,87	85,54	88,44	122,78	58,88
Nordeste	71,09	68,98	65,58	75,11	71,3	68,53	67,58	65,83	62,74	59,36	85,9	107,39	58,88
Brasil	60,07	55,27	54,48	58,06	58,37	57,59	58,44	58,76	56,3	55,31	71,97	110,25	50,66

Fonte: Ministério da Saúde. SVS (2010-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

*registros preliminares.

As taxas registradas na Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde demonstram variações consecutivas no decorrer do período analisado. O estado do Piauí registrou nos anos consolidados (2010 a 2020), taxas entre 100,08 (a mais alta), em 2012 e 68,83 (a menor), em 2014. No mesmo período, o Nordeste delineou sua menor taxa, no ano de 2019, com 59,36 e a pior situação foi sinalizada no ano seguinte, com 85,90. Com relação ao Brasil, a melhor situação foi registrada, em 2012 (54,48) e no ano de 2020 a sua maior taxa (71,97). Foi observado que o Piauí demonstrou em todo o período taxas superiores às do Nordeste e do Brasil. Cabe ressaltar o fato de que nos dois últimos anos, ainda em fase de consolidação dos dados, apresentaram valores bastante diferentes, sendo que em 2020 as três abrangências territoriais estudadas apontam taxas acima de 100%, enquanto em 2022, os resultados não chegam a 60% (Tabela 16).

2.4.5 Proporção de leitos por 10.000 habitantes²

A proporção de leitos por 10.000 habitantes é um indicador importante da disponibilidade de serviços de saúde em uma determinada região. A qualidade de vida, por sua vez, é influenciada por uma série de fatores, incluindo acesso a serviços de saúde de qualidade. Portanto, uma maior proporção de leitos por 10.000 habitantes está associada a uma melhor qualidade de vida.

Tabela 17 - Proporção de leitos de internação por 10.000 mil habitantes – 2010 a 2021

Nível Geográfico	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Piauí	25,8	25,4	25,1	25,0	24,2	22,8	22,8	23,3	23,2	23,0	24,0	24,5
Nordeste	22,4	22,0	21,6	21,3	21,1	20,4	20,4	20,5	20,3	20,0	20,9	21,2
Brasil	23,7	23,4	23,0	22,7	22,5	21,8	21,4	21,2	20,9	20,6	20,9	21,0

Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Os números do Piauí apontam queda na proporção de leitos entre 2010 e 2015, quando atinge 22,8 leitos para cada 10 mil, fato que se repete no ano seguinte. A partir de 2017 até o ano final da série histórica foram apontadas variações proporcionais, ora para mais, ora para menos. Quando comparados os resultados do Estado com a região percebeu-se que o Piauí detinha número proporcional de leitos superior ao do Nordeste, fato que foi notado, também, com relação ao Brasil. Tanto a nível nacional quanto regional a menor oferta de leitos foi verificada no ano de 2019. Outro ponto que se destacou, foi a variação proporcional de leitos para internação com valores iguais para o Brasil e Nordeste, no ano de 2020 (Tabela 17).

² Os dados disponíveis são até o ano de 2021.

2.4.6 Número mensal médio de médicos por 10.000 habitantes³

O número de médicos por 10.000 habitantes é um indicador que mostra quantos médicos estão disponíveis para atender a população de uma determinada região. Este é um fator importante para a qualidade de vida, pois o acesso a serviços de saúde de qualidade pode melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas. Quanto mais médicos disponíveis, mais atendimentos podem ser realizados, contribuindo para diminuir filas de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas.

Com base nos dados da Tabela 18, referentes ao número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2010 a 2021, podemos observar algumas tendências e variações ao longo dos anos. No Piauí, houve um aumento gradual no número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes ao longo do período analisado. Em 2010, esse número era de 2.400 e, em 2021, chegou a 3.733. Isso indica um crescimento na disponibilidade de médicos no Estado ao longo dos anos.

Tabela 18 - Número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes, no Piauí, Nordeste e Brasil – 2010 a 2021

Ano	Nível Geográfico		
	Piauí	Nordeste	Brasil
2010	2.400	47. 349	258. 275
2011	2.414	47. 326	256. 331
2012	2.458	47. 505	253 .640
2013	2.604	49 .645	262. 796
2014	2.888	54 .142	280. 499
2015	2.984	55. 544	288. 480
2016	3.107	57 .169	296. 974
2017	3.255	59.364	308. 973
2018	3.352	61 .480	322. 124
2019	3.381	62.696	331.818
2020	3.542	66. 371	345. 548
2021	3.733	70. 476	367. 305

Fonte: Ministério da Saúde. SVS (2023). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

³ Os dados disponíveis são até o ano de 2021.

No Nordeste como um todo, também foi observado um aumento no número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes, embora em uma escala maior do que no Piauí. Em 2010, o número era de 47.349 e, em 2021, chegou a 70.476. Já no Brasil, como um todo, também houve um crescimento no número médio mensal de médicos por 10.000 habitantes, seguindo uma tendência similar ao Nordeste. Em 2010, esse número era de 258.275 e, em 2021, chegou a 367.305 (Tabela 18).

2.4.7 Estabelecimentos de saúde

A disponibilidade de estabelecimentos de saúde é um fator importante para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde. Um número suficiente de estabelecimentos de saúde significa que as pessoas têm mais opções para escolher onde obter atendimento médico, o que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida.

Tabela 19 - Números absolutos de estabelecimentos de saúde, Piauí, Nordeste e Brasil

Ano	Nível Geográfico		
	Piauí	Nordeste	Brasil
2012	2.987	51.419	250.239
2013	3.338	54.945	265.291
2014	3.545	57.875	280.227
2015	3.620	58.234	286.011
2016	3.757	60.177	298.173
2017	3.928	63.164	312.783
2018	4.075	66.343	331.058
2019	4.197	68.297	345.017
2020	3.642	67.442	332.192
2021	3.929	72.215	364.917
2022	4.162	76.309	388.398

Fonte: Ministério da Saúde. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES. Consulta realizada pelo TABNET em 20/03/2023. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

A realidade apontada pelos números, retratada na Tabela 19, demonstra que o Piauí experimentou um crescimento contínuo, até 2019, enquanto o ano de 2020 demonstra queda de 13,22% em relação ao ano anterior. Os dois últimos anos da série evidenciam aumento, ainda assim, não superam o ano de 2019. Nesse sentido, o Nordeste, também, evidencia um leve declínio em relação ao mesmo ano (1,3%) e segue dinâmica de ampliação dos referidos estabelecimentos nos anos subsequentes, fato que se repete também nos resultados para o Brasil.

3 TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PIAUÍ

Para garantir o desenvolvimento econômico no estado do Piauí, é essencial considerar indicadores econômicos e sociais que reflitam a realidade do mercado de trabalho. Isso passa por fomentar a criação de empregos, trabalho digno e renda para a população economicamente ativa, além de buscar uma distribuição mais igualitária de renda e valorização do trabalho. Esses indicadores são fundamentais para um planejamento eficiente e eficaz, visando ao crescimento sustentável e inclusivo do Estado.

Para fins de análise, os indicadores sociais utilizados no capítulo de trabalho emprego e renda, no Piauí, foram: ocupação e desocupação (proporção da população ocupada ou desocupada com respeito à força de trabalho); formalidade e informalidade, avaliado por meio da proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade, sem carteira assinada, podendo ser empregados de setor privado e doméstico, sem remuneração (contribuem em trabalhos familiares), e os sem CNPJ (empregadores e por conta própria); ocupação e rendimento segundo subgrupos de atividades econômicas; rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza).

3.1 Ocupação e desocupação

O IBGE define ocupação como a situação em que uma pessoa exerce alguma atividade remunerada, seja como empregado, empregador, trabalhador por conta própria ou trabalhador familiar auxiliar. Para ser considerado ocupado, a pessoa deve ter trabalhado pelo menos uma hora na semana de referência da pesquisa.

O termo desocupação é recente na literatura sobre as análises sociais. Em termos conceituais, de acordo com a “Resolução sobre Estatísticas de Trabalho, Emprego e Subutilização da Mão de Obra”, da Organização Internacional do Trabalho – OIT (ILO, 2013), o termo “pessoas desempregadas” passa a ser considerado “pessoas desocupadas”. A referida resolução data de 2013, porém o Brasil, por meio do IBGE, passa a adotar o termo “pessoas desocupadas” somente no segundo semestre de 2016, adequando-se, dessa maneira, ao que preconiza a OIT.

As pessoas desocupadas são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso, para ser considerado desocupado é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

No que se refere às pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil foi observado que, no período de 2016 a 2022, no Piauí, o maior percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi de 59,6% no ano de 2020, já o menor percentual foi de 58,4% no ano de 2019. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 41,6% no ano de 2019 e a menor de 40,4% no ano de 2020. No Nordeste, o maior percentual de pessoas ocupadas do sexo masculino foi de 60,8% no ano de 2021 e o menor de 58,3% no ano de 2019. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 41,7% no anos de 2018 e a menor em 2021 com 39,2%. No Brasil, observa-se pouca variação no decorrer dos anos para ambos os

sexos com destaque para o sexo masculino, com taxa superior ao feminino em toda série histórica (Tabela 20).

Tabela 20- Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil

Ano	Sexo	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Homem	57,7	59,5	58,8
	Mulher	42,3	40,5	41,2
2017	Homem	57,5	59,1	58,9
	Mulher	42,5	40,9	41,1
2018	Homem	57,5	59,1	59,2
	Mulher	42,9	41,7	40,8
2019	Homem	57,2	58,3	58,4
	Mulher	42,8	41,3	41,6
2020	Homem	58,3	59,3	59,6
	Mulher	41,7	40,7	40,4
2021	Homem	58,5	60,8	58,6
	Mulher	41,5	39,2	41,4
2022	Homem	57,2	58,8	58,8
	Mulher	42,8	41,2	41,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Em relação às pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2016 a 2022, foi observado no Piauí que a maior proporção de pessoas ocupadas se autodeclarou sendo da cor preta ou parda, a maior porcentagem foi de 80,7%, no ano de 2021, e o menor percentual foi de 77,1%, no ano de 2022. Em relação à cor branca, a maior taxa foi de 22,8% no ano de 2022 e a menor de 19,1% no ano de 2021. Em relação ao Nordeste, o maior percentual de pessoas ocupadas na cor preta ou parda foi de 74,9% no ano de 2021 e o menor de 74,2% nos anos de 2016, 2017 e 2022. Já para a cor branca, a maior taxa foi de 25,2% no ano de 2017, e a menor taxa em 2021 com 24,3%. No que se refere ao Brasil, observa-se pouca variação no decorrer dos anos para ambas as cores, com destaque

para cor preta ou parda, com taxa de ocupação superior à cor branca em toda série histórica conforme a Tabela 21.

Tabela 21 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, ocupadas na semana de referência, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil – 2016 a 2022

Ano	Raça/Cor	Nível Geográfico		
		Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Branca	46,3	25,1	22,2
	Preta ou parda	52,8	74,2	77,7
2017	Branca	45,6	25,2	20,9
	Preta ou parda	53,4	74,2	78,9
2018	Branca	44,9	24,9	20,6
	Preta ou parda	54	74,3	79,2
2019	Branca	44,3	24,7	19,2
	Preta ou parda	54,6	74,3	80,5
2020	Branca	45,6	24,6	19,9
	Preta ou parda	53,5	74,7	79,9
2021	Branca	45,2	24,3	19,1
	Preta ou parda	53,8	74,9	80,7
2022	Branca	44,7	24,8	22,8
	Preta ou parda	55,3	74,2	77,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

A Tabela 22 faz referência às pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por sexo, no Piauí, Nordeste e Brasil no período de 2016 a 2022. No Piauí foi observado que, o maior percentual de pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 14% no ano de 2020 e o menor percentual, de 8,7% no ano de 2022. Em relação ao sexo feminino, a maior taxa foi de 15,4%, no ano de 2020, enquanto a menor foi de 9,5%, no ano 2016. Em relação ao Nordeste, o maior percentual de pessoas desocupadas do sexo masculino foi de 17,1% no ano de 2017 e o menor de 10,9% no ano de 2022. Para o sexo feminino, a maior taxa foi de 23,1% no ano de 2021, com a menor taxa em 2018 de 11,9%. No que se refere ao Brasil, observa-se um crescimento da desocupação para ambos os sexos até o ano de 2020, com destaque para o sexo feminino, com taxa superior ao masculino em toda a série.

Tabela 22 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, desocupação na semana de referência no Piauí, Nordeste e Brasil (%) – 2016 a 2022

Ano	Sexo	–	Nível Geográfico		
			Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Homem		10,3	12,3	10,1
	Mulher		13,5	15,8	9,5
2017	Homem		10,9	17,1	12,7
	Mulher		14,9	12,4	11
2018	Homem		10,6	16,3	12,6
	Mulher		14,2	11,9	12,9
2019	Homem		9,7	12,2	11,9
	Mulher		14,5	17	12,7
2020	Homem		11,7	15,5	14
	Mulher		16,5	19,7	15,4
2021	Homem		11,4	14,6	12,4
	Mulher		17,4	23,1	13,8
2022	Homem		7,9	10,9	8,7
	Mulher		11,8	15,9	11,08

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

A Tabela 23 apresenta dados sobre a taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça ou cor, no Piauí, Nordeste e Brasil, no período de 2016 a 2022. Os resultados mostram que, em geral, a taxa de desocupação das pessoas brancas é menor do que a das pessoas pretas ou pardas em todos os níveis geográficos analisados. Em 2022, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas brancas no Brasil foi de 7,6%, enquanto a das pessoas pretas ou pardas foi de 11,1%. O Nordeste, apresentou taxas superiores à do Piauí e Brasil.

Tabela 23 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça ou cor no Piauí, Nordeste e Brasil

Ano	Raça/Cor	–	Nível Geográfico		
			Brasil	Nordeste	Piauí
2016	Branca		9,4	11,5	9,6
	Preta ou Parda		13,6	14,5	9,9
2017	Branca		10,1	12,4	11
	Preta ou Parda		14,7	15,5	12,6
2018	Branca		9,6	11,9	11,9
	Preta ou Parda		14,2	15,5	13
2019	Branca		9,3	11,7	10,2
	Preta ou Parda		13,8	15	12,7
2020	Branca		11,1	13,8	11,7
	Preta ou Parda		15,9	18,3	15,3
2021	Branca		11,3	15,3	10,7
	Preta ou parda		16,3	19,1	13,5
2022	Branca		7,6	11,5	8,5
	Preta ou Parda		11,1	13,4	10,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

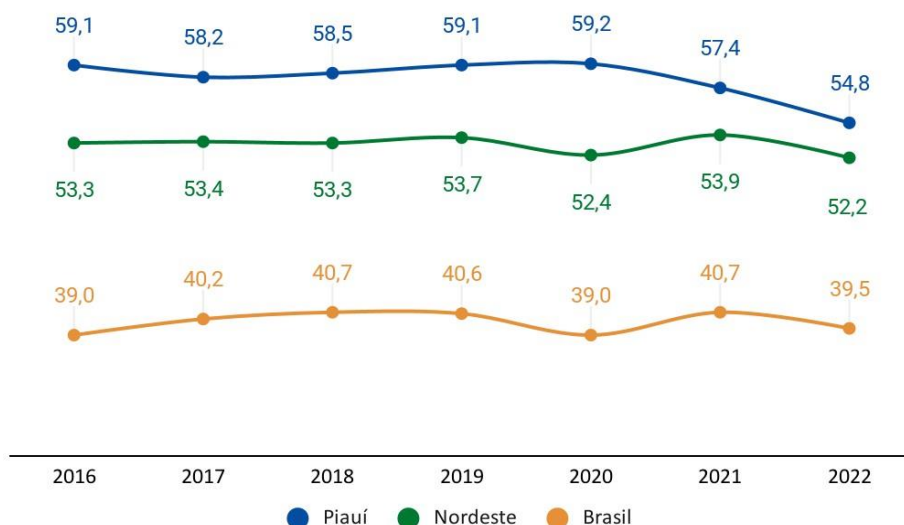
Além disso, é possível observar que houve variações nas taxas de desocupação ao longo dos anos. No Piauí, por exemplo, a taxa de desocupação das pessoas pretas ou pardas foi de 9,9% em 2016 e chegou a 10,5% em 2022. Já a taxa de desocupação das pessoas brancas no Estado apresentou uma variação menor, indo de 9,6% em 2016 para 8,5% em 2022.

3.2 Formalidade e informalidade

A condição de formalidade no trabalho é quando a pessoa tem a carteira assinada ou o registro formal de uma empresa, ou seja, são considerados trabalhadores formais aqueles que possuem vínculo empregatício reconhecido legalmente, com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

A informalidade é o trabalho realizado por conta própria ou para um empregador, sem carteira assinada ou sem registro formal de empresa, isto é, são considerados trabalhadores informais aqueles que não possuem proteção trabalhista ou previdenciária.

Sobre a informalidade de pessoas de 14 anos ou mais, em relação ao Piauí, no período de 2016 a 2022, é possível observar que, o maior valor percentual da taxa de informalidade foi de 59,2% no ano de 2020 enquanto o menor foi no ano de 2022 com 54,8%, verificou-se, também, que há uma pequena variação ao longo dos anos analisados. Em relação ao Nordeste, a maior taxa de informalidade foi de 53,9%, em 2021 e o menor percentual foi de 52,2% em 2022. No Brasil os níveis de informalidade seguem um padrão com pouca variação no decorrer dos anos, com a maior taxa registrada nos anos de 2018 e 2021, ambos com 40,7%, já a menor taxa verificada foi de 39%, nos anos de 2016 e 2020, conforme evidenciado no Gráfico 23.

Gráfico 23 - Taxa de informalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, Região Nordeste e Brasil

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

No que tange à formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, a maior taxa foi de 38,6% em 2022, enquanto o menor valor foi de 33% em 2019. Em 2022, a taxa de formalidade no plano nacional foi de 59,1% e de 43,1% no Nordeste. (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Taxa de Formalidade de pessoas de 14 anos ou mais no Piauí, região Nordeste e Brasil

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2016-2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Acerca do Nordeste, a formalidade apontou valores de 41,35%, em 2016, enquanto a menor taxa encontrada foi de 38,60%, em 2021. No Brasil, os níveis de formalidade seguiram um padrão com algumas variações no decorrer dos anos, com a maior taxa registrada, no ano de 2022, de 59,1%, já o menor valor verificado foi no ano de 2021 com 50,8%.

3.3 Pessoas ocupadas, na semana de referência, por grupamento de trabalho principal

O grupamento de trabalho principal é a atividade econômica na qual a pessoa trabalha, ou seja, o setor em que está empregada. Esse conceito é utilizado nas pesquisas do mercado de trabalho para classificar as ocupações de acordo com a atividade econômica em que são exercidas. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

O Quadro 3 apresenta a distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí, de 2012 a 2022. Ao analisar os dados, percebe-se variações na distribuição das pessoas ocupadas entre os diferentes setores econômicos ao longo dos anos.

No Piauí, entre 2012 e 2022, houve variações significativas em alguns setores. Por exemplo, o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou uma queda acentuada na porcentagem de pessoas ocupadas, passando de 25,2% em 2012 para 12,5% em 2022. Por outro lado, o setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais apresentou um aumento gradual na representatividade, passando de 16,4% em 2012 para 22,1% em 2022.

Além disso, outros setores também apresentaram variações ao longo do período analisado. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas teve um aumento gradual até 2020, quando

atingiu seu pico com 21,6% de pessoas ocupadas, mas apresentou uma leve queda em 2022. Já o setor de alojamento e alimentação teve um aumento constante até 2018, quando chegou a 6,1%, com pequenas oscilações até o ano de 2022.

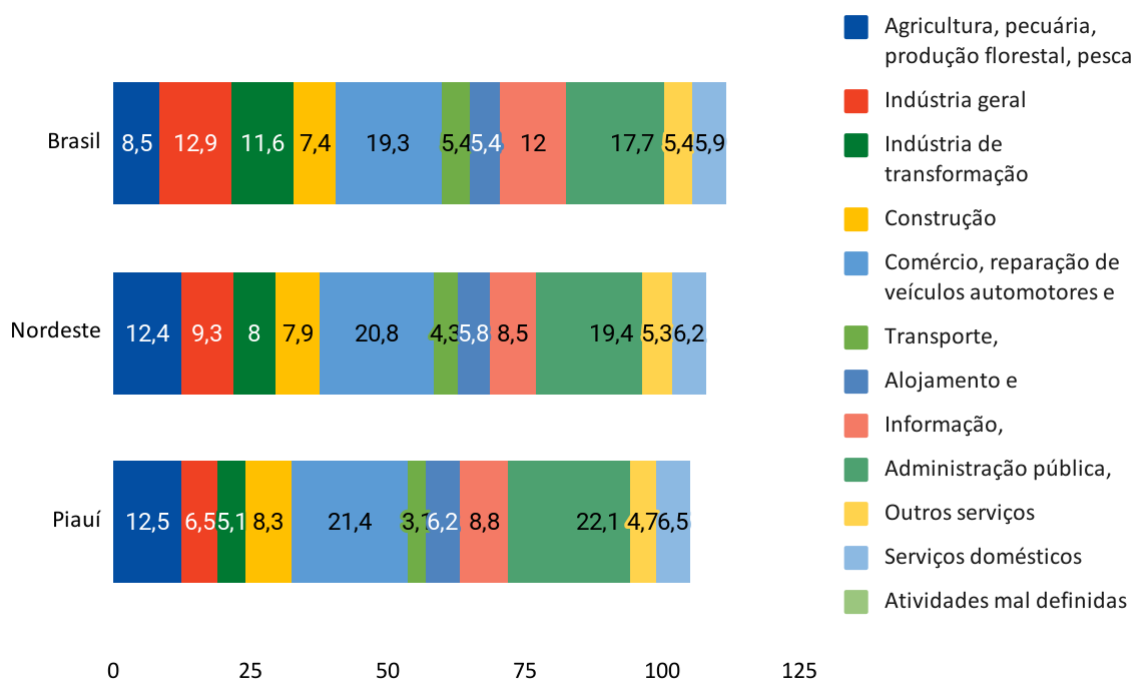
Quadro 3 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal, no Piauí

Grupamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	25,2	24,4	23,2	22,9	20	18,8	18,7	18,7	16,2	18	12,5
Indústria geral	7,1	7,3	6,6	6,6	6,2	6,3	6,8	6,7	6,8	6,3	6,5
Indústria de transformação	6,5	6,3	5,5	5,7	5,6	5,6	6,1	5,7	6	5,4	5,1
Construção	9	9,3	9,6	9,5	9,6	8,4	8,2	7,4	8,9	9	8,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,6	19,9	19,9	20,1	20,6	20,3	21	20,8	21,6	20,1	21,4
Transporte, armazenagem e correio	2,9	2,9	3	2,8	3	3,3	3,2	3,2	3	4,6	3,1
Alojamento e alimentação	4	4,8	5	5,1	5,4	5,7	6,1	5,6	4,9	5,3	6,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4,5	5,2	5,3	5,9	6,2	6,5	6,3	6	6,9	7,2	8,8
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16,4	16,3	16,9	16,6	17,5	19,1	18,7	19,4	19,8	20,6	22,1
Outro serviço	3,6	3,6	3,8	3,8	4,3	4,9	4,4	5,2	4,6	5	4,7
Serviço doméstico	7,5	6,2	6,5	6,6	6,8	6,6	6,4	6,8	7,1	5,5	6,5
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2012 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023). ¹ Os dados referentes a 2022 são do 4.º Trimestre.

A distribuição das pessoas ocupadas nos diferentes setores, conforme o Quadro 3, refletem as mudanças ocorridas na economia do Piauí ao longo dos anos. Os setores/grupamentos de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais são os mais representativos no Piauí, no Nordeste e no Brasil (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividades no trabalho principal no Piauí, Nordeste e Brasil (2022)¹



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2022).
Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).
Nota 1: os dados são do 4.º Trimestre.

A diferença entre o Piauí, o Nordeste e o Brasil em relação aos seus maiores setores/grupamentos se dá devido ao destaque da administração pública no Piauí, ao passo que a predominância no Nordeste e no Brasil é verificada no setor de serviços. Ressalta-se que essa diferença não é significativa, o que apresenta uma certa semelhança na estrutura ocupacional das regiões aqui em destaque, isso no que diz respeito os seus dois maiores setores/grupamentos.

3.4 Rendimentos (valor médio, classes de rendimento, coeficiente de Gini, extrema pobreza e pobreza)

O rendimento da população é uma importante variável porque permite entender a distribuição de riqueza e desigualdade social em um país. Além disso, os rendimentos são um indicador importante da qualidade de vida das pessoas e podem influenciar em diversos aspectos, como saúde, educação e bem-estar. Compreender a dinâmica dos rendimentos também é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade, além de contribuir para a tomada de decisões estratégicas no âmbito empresarial e econômico.

Tabela 24 - Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$), a preços médios do ano, por classes simples de percentual das pessoas (2012-2022)

Nível Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	1.163	1.208	1.298	1.366	1.349	1.353	1.539
Nordeste	736	762	793	849	886	859	931
Piauí	709	725	778	802	836	847	1008

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, trimestral (2016 a 2022). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Sobre o rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$), no período de 2016 a 2022, referente ao Piauí, Nordeste e Brasil, respectivamente, observou-se que o menor valor médio per capita, foi identificado no ano de 2016, ficando na média de R\$709,00, R\$736,00 e R\$1.163,00 reais, respectivamente. Enquanto o maior valor de renda média foi observado no ano de 2022, com média de R\$1.008,00 para o Piauí, R\$931,00 para Nordeste e R\$1.539,00 no Brasil (Tabela 24). Nesse sentido, verificou-se que no decorrer dos anos avaliados houve uma elevação da renda *per capita*, com um avanço significativo entre 2016 e 2022.

Tabela 25 - Índice de Gini

Ano	Nível Geográfico		
	Brasil	Nordeste	Piauí
2016	0,537	0,544	0,528
2017	0,539	0,557	0,529
2018	0,545	0,546	0,53
2019	0,544	0,56	0,537
2020	0,524	0,526	0,474
2021	0,544	0,556	0,516
2022	0,518	0,517	0,518

Fonte: IBGE. PNAD Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração: Superintendência CEPRO (2023).

Sobre o índice de GINI, do Piauí, analisado no período de 2016 a 2022, a melhor taxa observada foi no ano de 2020, com 0,474, porém no ano de 2022 esse índice voltou a subir, chegando a 0,518. No Nordeste, a melhor taxa foi identificada no ano de 2022 com 0,517, e a pior em 2021 com 0,556. Em relação ao Brasil, observou-se que a menor taxa do índice de GINI foi de 0,518 no ano de 2022 e a maior, em relação aos outros anos da série, foi em 2018 com 0,545 (Tabela 25).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar (Resultados), 2015-2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2012-2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Painel do Setor Saneamento, 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel>. Acesso em: 15 maio 2023.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Resolution I: Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., Geneve, 2013. Proceedings [...]. Geneve: ICLS, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de Dados de Informações Ambientais (BDIA) [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais: conceitos e fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

GLOSSÁRIO

Condição de ocupação do domicílio: classificação do domicílio particular permanente, conforme a sua condição de ocupação pelos moradores, em: próprio de algum morador – já pago – para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio de algum morador – ainda pagando – para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado – para o domicílio cujo aluguel era, total ou parcialmente, pago por morador; cedido – para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nessa condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel era integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra – para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

Condições de vida: são representadas por quatro aspectos: a) domicílios; b) educação; c) saúde; e d) saneamento básico, que apontam as condições de moradia, educação e de saúde da população piauiense. Esses quatro elementos são essenciais para uma vida digna e saudável, proporcionando um desenvolvimento sustentável.

Cor ou raça: característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta e parda. Em alguns momentos são agregadas as cores ou raças pretas e pardas, em particular, por conta do preconceito de marca que cobre o Brasil. A categoria parda está associada à miscigenação.

Domicílio: local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem.

Empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

Escolaridade média: é o número médio de anos de estudos, que expressa a escolaridade média (em anos) da população, podendo ser calculado por grupos de idade.

Estabelecimento de saúde: espaço físico delimitado e permanente onde se realiza ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica, conforme disposto no Art. 360 da Portaria de Consolidação nº 1, de 28.09.2017, do Ministério da Saúde.

Evasão escolar: saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior à de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino.

Expectativa de vida ao nascer: número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a longevidade da população

Formalidade: caracteriza-se quando há um vínculo empregatício de acordo com as leis trabalhistas vigentes, ou seja, quando o trabalhador possui registro na carteira de trabalho, recebe benefícios sociais e contribui para a Previdência Social.

Grupamento de trabalho principal: é uma classificação que agrupa as ocupações de acordo com suas características e atividades principais. Essa classificação é utilizada para obter informações sobre o mercado de trabalho, identificando os diferentes setores da economia e as ocupações mais comuns em cada um deles. Os grupamentos de trabalho principal são definidos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que é uma metodologia utilizada para padronizar a classificação das atividades econômicas no país.

Índice (ou coeficiente) de Gini: medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) a "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

Informalidade: é constituída de empregados que não possuem vínculos com a empresa nas quais trabalham, além de empregadores e trabalhadores por conta própria, cujas empresas não estão registradas no CNPJ e que não contribuem para a Previdência Social do País.

Leito de internação: cama numerada e identificada destinada à internação de paciente em um hospital, localizada em quarto ou enfermaria. O leito de internação constitui o endereço exclusivo desse paciente durante a sua estadia no hospital e vincula-se a uma unidade de internação ou serviço com vistas a atender a ambiência hospitalar necessária para a execução do processo assistencial, qualificado e humanizado, em conformidade com a Resolução nº 50, de 21.02.2002, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Morador: pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontra na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos: viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.); internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou embarque a serviço (militares, petroleiros).

Mortalidade materna: é definida como o óbito de mulheres durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto, por causas relacionadas à gravidez ou ao parto.

Mortalidade na infância: é um indicador que mede o número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade por cada mil nascidos vivos.

Mortalidade neonatal: é o óbito de um recém-nascido (até 28 dias de vida) durante o primeiro mês de vida.

Pessoas desocupadas: são aquelas que se encontram em idade ativa e estão disponíveis para trabalhar, mas não estão empregadas e não conseguem encontrar uma ocupação. Além disso, para ser considerado desocupado, é necessário que a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos 30 dias e esteja disponível para começar a trabalhar imediatamente.

Pessoas ocupadas: são aquelas que trabalham pelo menos uma hora remunerada na semana de referência da pesquisa, ou que estão afastadas do trabalho por um período de até 30 dias, como férias ou licença médica. Além disso, também são consideradas pessoas ocupadas aquelas que, mesmo não tendo trabalhado na semana de referência, possuem emprego ou negócio próprio do qual estão temporariamente afastadas.

População: o IBGE utiliza o conceito de população residente ou "de direito", ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita: é a média do total de rendimentos recebidos por todas as pessoas que moram em uma mesma residência, dividido pelo número total de moradores dessa residência. Ou seja, é uma medida que indica quanto, em média, cada pessoa de um determinado domicílio recebe de renda por mês, descontando a inflação.

Repetência: é quando um aluno reprova em uma ou mais disciplinas ao final do ano letivo. A repetência ocorre quando o estudante não atinge o desempenho mínimo esperado para avançar para a série seguinte.

Taxa de analfabetismo: mede o grau de analfabetismo da população. Avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Usualmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória.

Taxa de distorção idade-série: é o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

Territórios de Desenvolvimento: constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense.